



Bruxelas, 2.3.2016
COM(2016) 106 final

2016/0059 (CNS)

Proposta de

REGULAMENTO DO CONSELHO

**relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em
matéria de regimes matrimoniais**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. CONTEXTO DA PROPOSTA

1.1. Contexto geral

O artigo 67.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia estabelece que a União constitui um espaço de liberdade, segurança e justiça, no respeito dos direitos fundamentais e dos diferentes sistemas e tradições jurídicos dos Estados-Membros. O n.º 4 deste mesmo artigo estabelece que a União facilita o acesso à justiça, nomeadamente através do princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais e extrajudiciais em matéria civil. O artigo 81.º do mesmo Tratado menciona expressamente medidas destinadas a assegurar «o reconhecimento mútuo entre os Estados-Membros das decisões judiciais e extrajudiciais e a respetiva execução», bem como «a compatibilidade das normas aplicáveis nos Estados-Membros em matéria de conflitos de leis e de jurisdição». Já foram adotados numerosos instrumentos com esta base, nomeadamente o Regulamento (CE) n.º 2201/2003 relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000, mas nenhum deles abrange os regimes matrimoniais.

A adoção de um instrumento europeu em matéria de regimes matrimoniais constava já das prioridades do Plano de Ação de Viena de 1998. O programa de reconhecimento mútuo das decisões em matéria civil e comercial, adotado pelo Conselho em 30 de novembro de 2000¹, previa a redação de um instrumento sobre a competência judiciária, o reconhecimento e a execução de decisões em matéria de «regimes matrimoniais e consequências patrimoniais da separação de casais não casados». O Programa da Haia², adotado pelo Conselho Europeu de 4 e 5 de novembro de 2004, que estabeleceu como prioridade principal a execução do programa de reconhecimento mútuo de 2000, convidava a Comissão a apresentar um Livro Verde sobre «a resolução dos conflitos de leis em matéria de regimes matrimoniais, incluindo as questões de competência e reconhecimento mútuo», sublinhando a necessidade de adotar, até 2011, um instrumento neste domínio.

O Programa de Estocolmo, adotado pelo Conselho Europeu em 11 de dezembro de 2009, menciona igualmente que o reconhecimento mútuo deve ser extensivo aos regimes matrimoniais e às consequências patrimoniais da separação dos casais não vinculados pelo casamento.

No «Relatório de 2010 sobre a cidadania da União - Eliminar os obstáculos ao exercício dos direitos dos cidadãos da UE», adotado em 27 de outubro de 2010³, a Comissão considerou que a incerteza quanto aos direitos de propriedade dos casais internacionais constitui um dos principais obstáculos que os cidadãos da UE ainda enfrentam no quotidiano sempre que exercem, fora das fronteiras nacionais, os direitos que a UE lhes confere. Esse relatório anuncia, para dar solução a este problema, a adoção em 2011 de uma proposta de instrumento legislativo que permita aos casais internacionais (casados ou parceiros registados) saber mais facilmente que tribunais são competentes e que legislação é aplicável aos seus direitos de propriedade.

Em 16 de março de 2011, a Comissão adotou uma proposta⁴ de regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes

¹ JO L 12 de 15.1.2001, p. 1.

² JO L 53 de 3.3.2005, p. 1.

³ COM(2010) 603.

⁴ COM(2011) 126.

matrimoniais e uma proposta⁵ de regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas⁶.

A base jurídica das referidas propostas de regulamentos do Conselho era o artigo 81.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. As propostas diziam respeito à cooperação judiciária em matéria civil abrangendo aspetos relativos ao direito da família. Esta base jurídica determina que as medidas sejam adotadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, após consulta do Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu emitiu o seu parecer em 10 de setembro de 2013⁷.

As propostas da Comissão foram debatidas no âmbito do Grupo de Trabalho do Conselho sobre Questões de Direito Civil (regimes matrimoniais e efeitos patrimoniais das parcerias registadas) até ao final de 2014. Em dezembro de 2014, o Conselho decidiu conceder um período de reflexão aos Estados-Membros que continuavam a deparar-se com dificuldades. Esse período não deveria, contudo, ter uma duração superior a um ano. Na sua reunião de 3 de dezembro de 2015, o Conselho concluiu que não poderia ser alcançada a unanimidade necessária para a adoção das propostas de regulamentos sobre os regimes matrimoniais e os efeitos patrimoniais das parcerias registadas e que, conseqüentemente, os objetivos da cooperação neste domínio não poderiam ser atingidos pela União no seu conjunto dentro de um prazo considerado razoável. O Conselho considerou igualmente que vários Estados-Membros se mostraram disponíveis para ponderar a possibilidade de instituir uma cooperação reforçada nos domínios abrangidos pelos regulamentos.

Entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, 17 Estados-Membros⁸ dirigiram pedidos à Comissão manifestando a intenção de instituir entre si uma cooperação reforçada no domínio dos regimes matrimoniais dos casais internacionais e, especificamente, da competência, da lei aplicável e do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais, assim como da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas, solicitando à Comissão que apresentasse ao Conselho uma proposta para o efeito.

A proposta de decisão do Conselho que autoriza uma cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões sobre os regimes de bens dos casais internacionais, inclui tanto os regimes matrimoniais como os efeitos patrimoniais das parcerias registadas. A presente proposta de regulamento do Conselho sobre os regimes matrimoniais e a proposta paralela de regulamento do Conselho sobre os efeitos patrimoniais das parcerias registadas, que aplicam a cooperação reforçada e foram adotadas pela Comissão em simultâneo, são a resposta da Comissão aos pedidos formulados por 17 Estados-Membros (a seguir designados «Estados-Membros participantes»). A proposta de decisão do Conselho contém uma avaliação pormenorizada das condições jurídicas e da oportunidade de instituir uma cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de

⁵ COM(2011) 127.

⁶ Nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Protocolo relativo à posição da Dinamarca anexo aos Tratados, a Dinamarca não participou na adoção do regulamento proposto, não ficando por ele vinculada nem sujeita à sua aplicação. Nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda anexo aos Tratados, a Irlanda e o Reino Unido não comunicaram o desejo de participar na adoção e aplicação do regulamento proposto.

⁷ A7-0253/2013.

⁸ Suécia, Bélgica, Grécia, Croácia, Eslovénia, Espanha, França, Portugal, Itália, Malta, Luxemburgo, Alemanha, República Checa, Países Baixos, Áustria, Bulgária e Finlândia.

decisões sobre os regimes de bens dos casais internacionais, abrangendo tanto os regimes matrimoniais como os efeitos patrimoniais das parcerias registadas.

1.2. Justificação e objetivos da proposta

A crescente mobilidade das pessoas num espaço sem fronteiras internas traduz-se num aumento significativo das uniões entre nacionais de Estados-Membros diferentes que residem num Estado-Membro de que não são nacionais ou que adquirem bens em mais do que um Estado-Membro. Um estudo efetuado em 2003 pelo consórcio ASSER-UCL⁹ revelou a importância do fenómeno dos casais internacionais na União e as dificuldades práticas e jurídicas com que se defrontam, tanto na gestão quotidiana dos seus bens como no momento da partilha dos mesmos, na sequência da separação do casal ou da morte de um dos seus membros. Estas dificuldades estão muitas vezes associadas à grande disparidade existente entre as normas aplicáveis, tanto as de direito material como as de direito internacional privado, quanto aos efeitos patrimoniais dos casamentos.

Devido às especificidades próprias do casamento e da parceria registada e aos diferentes efeitos jurídicos destas formas de união, a Comissão apresenta duas propostas de regulamento distintas: uma refere-se à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais e a outra à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas. As duas propostas constituem as medidas necessárias para aplicar a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável e do reconhecimento e execução de decisões sobre os regimes de bens dos casais internacionais, abrangendo tanto os regimes matrimoniais como os efeitos patrimoniais das parcerias registadas.

A presente proposta destina-se a criar na União Europeia um quadro normativo claro relativo à determinação do tribunal competente e da lei aplicável aos regimes matrimoniais e a facilitar a circulação das decisões e dos atos neste domínio entre os diferentes Estados-Membros.

2. RESULTADO DAS CONSULTAS – AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Antes de terem sido apresentadas as propostas da Comissão em 2011, procedeu-se a uma ampla consulta dos Estados-Membros, das instituições da União e do público em geral. Na sequência do estudo efetuado em 2003, a Comissão publicou, em 17 de julho de 2006, um Livro Verde relativo à resolução dos conflitos de leis em matéria de regime matrimonial, incluindo a questão da competência judiciária e do reconhecimento mútuo¹⁰, tendo lançado uma ampla consulta sobre o assunto. Para elaborar a presente proposta, a Comissão criou um grupo de peritos designado por «PRM/III», composto por representantes das várias profissões interessadas e das várias culturas jurídicas europeias, tendo-se reunido cinco vezes entre 2008 e 2010. A Comissão organizou ainda, em 28 de setembro de 2009, uma audição pública, durante a qual o debate com uma centena de participantes confirmou a necessidade de adotar um instrumento da União em matéria de regimes matrimoniais que viesse regular, nomeadamente, a competência, a lei aplicável, o reconhecimento e a execução de decisões. Foi igualmente organizada uma reunião com os peritos nacionais, em 23 de março de 2010, para debater as grandes linhas da proposta que estava a ser preparada. Por último, a Comissão efetuou uma avaliação de impacto comum a ambas as propostas de regulamentos

⁹ Consórcio ASSER-UCL, *Study in comparative law on the rules governing conflicts of jurisdiction and laws on matrimonial property regimes and the implementation for property issues of the separation of unmarried couples in the Member States*. Ver:

http://europa.eu.int/comm/justice_home/doc_centre/civil/studies/doc_civil_studies_en.htm

¹⁰ COM(2006) 400.

respeitantes, respetivamente aos regimes matrimoniais e aos efeitos patrimoniais das parcerias registadas.

As duas novas propostas respeitantes aos regimes matrimoniais e aos efeitos patrimoniais das parcerias registadas contêm soluções idênticas às formuladas nas propostas de 2011 e têm em conta as discussões mantidas no Conselho e no Parlamento Europeu até ao final de 2015.

3. ELEMENTOS JURÍDICOS DA PROPOSTA

3.1. Base jurídica

A base jurídica da presente proposta é o artigo 81.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que confere ao Conselho competência para adotar por unanimidade medidas relativas ao direito da família que tenham incidência transfronteiriça, após a consulta do Parlamento Europeu.

A matéria dos regimes matrimoniais está dependente da existência de relações familiares entre as pessoas em causa. Com efeito, os regimes matrimoniais, embora regulem as relações patrimoniais entre os cônjuges e entre estes e terceiros, estão tão intrinsecamente ligados ao casamento que devem ser considerados parte do direito da família; existem apenas enquanto existe o casamento e cessam com a dissolução deste (por divórcio ou separação judicial, ou por morte de um cônjuge).

O objetivo da presente proposta é estabelecer um conjunto completo de normas de direito internacional privado aplicáveis aos regimes matrimoniais. Abrange, portanto, a competência, a lei aplicável, o reconhecimento e a execução de decisões proferidas em matéria de regimes matrimoniais. As normas previstas aplicam-se exclusivamente às situações com carácter transnacional. O requisito da incidência transfronteiriça formulado no artigo 81.º, n.º 3, encontra-se, assim, preenchido. A presente proposta diz respeito apenas aos efeitos patrimoniais do casamento e não define o instituto do casamento nem impõe o reconhecimento de um casamento nouro Estado-Membro.

3.2. Princípio da subsidiariedade

Os objetivos da proposta só podem ser alcançados através da adoção de normas comuns em matéria de regimes matrimoniais que devem ser idênticas em todos os Estados-Membros participantes para garantir aos cidadãos a segurança jurídica e a previsibilidade. Consequentemente, uma ação unilateral dos Estados-Membros seria contrária a este objetivo. Existem, nesta matéria, duas convenções internacionais da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, nomeadamente a Convenção de 17 de julho de 1905, sobre os conflitos de leis relativos aos efeitos do casamento sobre os direitos e deveres dos cônjuges nas suas relações pessoais e sobre os bens dos cônjuges, e a Convenção de 14 de março de 1978, sobre a lei aplicável aos regimes matrimoniais, mas que só foram ratificadas por três Estados-Membros e não preveem as soluções necessárias para tratar a amplitude dos problemas, revelados pelo estudo de impacto e pela consulta pública, que a presente proposta pretende regular. A natureza e a dimensão dos problemas com que os cidadãos da União se defrontam implicam que os objetivos da proposta só possam ser atingidos a nível da União.

3.3. Princípio da proporcionalidade

A proposta respeita o princípio da proporcionalidade, uma vez que se limita ao estritamente necessário para alcançar os seus objetivos. A proposta não harmoniza o direito material dos Estados-Membros em matéria de regimes matrimoniais nem afeta a fiscalidade dos Estados-Membros no que se refere à liquidação dos regimes de bens neles prevista. Não acarretará

quaisquer encargos financeiros ou administrativos para os cidadãos, enquanto as autoridades nacionais competentes apenas deverão suportar um encargo suplementar muito limitado.

3.4. Impacto sobre os direitos fundamentais

Em conformidade com a Estratégia para a aplicação efetiva da Carta dos Direitos Fundamentais pela União Europeia¹¹, a Comissão verificou que as duas propostas respeitam os direitos nela previstos.

As propostas não afetam o direito ao respeito pela vida privada e familiar nem o direito de contrair casamento e de constituir família nos termos das legislações nacionais, previstos respetivamente nos artigos 7.º e 9.º da Carta.

O direito de propriedade, previsto no artigo 17.º da Carta, é reforçado. A previsibilidade quanto à lei aplicável aos bens do casal permitirá, com efeito, aos cônjuges um exercício mais efetivo dos respetivos direitos de propriedade.

A Comissão certificou-se igualmente de que a proposta respeita o artigo 9.º da Carta, relativo ao direito de contrair casamento e de constituir família nos termos das legislações nacionais, e o artigo 21.º da Carta, que proíbe qualquer forma de discriminação.

Por último, as disposições propostas melhoram o acesso à justiça na União para os cidadãos e, em especial, dos casais vinculados pelo casamento. Facilitam também a aplicação do artigo 47.º da Carta, que garante o direito à ação e a um tribunal imparcial. Uma vez que são fixados critérios objetivos para determinar o tribunal competente, evitam-se as ações paralelas e o recurso precipitado aos tribunais pela parte mais ativa.

3.5. Escolha do instrumento

A necessidade de segurança jurídica e de previsibilidade exige normas claras e uniformes e impõe a escolha de um regulamento. As normas propostas em matéria de competência, lei aplicável e circulação de decisões são pormenorizadas e precisas, pelo que não carecem de transposição para o direito nacional. Os objetivos de segurança e previsibilidade jurídicas ficariam comprometidos se os Estados-Membros dispusessem de uma margem de apreciação quanto à aplicação das normas.

4. INCIDÊNCIA ORÇAMENTAL, SIMPLIFICAÇÃO E COERÊNCIA COM AS OUTRAS POLÍTICAS DA UNIÃO

4.1. Incidência orçamental

A proposta não terá implicações para o orçamento da União.

4.2. Simplificação

A harmonização das normas de competência simplificará consideravelmente as diligências necessárias, visto que permitirá determinar, de acordo com normas comuns, o tribunal competente para apreciar um litígio decorrente do regime matrimonial. A extensão da competência dos tribunais que apreciam ações de divórcio, de separação judicial, de anulação do casamento ou de sucessão por morte de um dos cônjuges, em aplicação dos instrumentos da União em vigor, aos eventuais procedimentos respeitantes ao regime matrimonial em questão, permitirá aos cidadãos recorrerem ao mesmo tribunal para que este decida sobre todos os aspetos do seu caso.

¹¹ Comunicação da Comissão, COM(2010) 573 de 19.10.2010.

A harmonização das normas de conflitos de leis simplificará consideravelmente as diligências necessárias para determinar a lei aplicável, com base num conjunto único de normas que substituem as várias normas nacionais em matéria de conflitos de leis vigentes nos Estados-Membros.

Por último, as normas propostas em matéria de reconhecimento e execução de decisões judiciais facilitarão a sua circulação entre Estados-Membros.

4.3. Coerência com as outras políticas da União

A presente proposta insere-se no quadro do exercício lançado pela Comissão no intuito de eliminar os obstáculos com que os cidadãos europeus se defrontam quando pretendem exercer, no quotidiano, os direitos que a UE lhes confere, descritos no relatório de 2010 sobre a cidadania da União, atrás referido.

5. COMENTÁRIO DOS ARTIGOS

5.1. Capítulo I: Âmbito de aplicação e definições

Artigo 1.º

O conceito de «regime matrimonial» deve ser interpretado de forma autónoma e abranger simultaneamente os aspetos relativos à gestão quotidiana dos bens dos cônjuges e os aspetos ligados à sua liquidação, em resultado da separação do casal ou da morte de um dos cônjuges.

Quando se procedeu à determinação dos domínios a abranger pelo futuro instrumento, afigurou-se preferível elaborar uma lista exaustiva das matérias excluídas do âmbito de aplicação do regulamento. Assim, as matérias já reguladas em regulamentos vigentes da União, como as obrigações alimentares¹², nomeadamente entre os cônjuges, e as reguladas pelo direito das sucessões¹³, são excluídas do âmbito de aplicação do regulamento.

O regulamento não afeta a existência ou validade de um casamento ou o reconhecimento num Estado-Membro de um casamento celebrado noutro Estado-Membro. Também não afeta quaisquer questões relativas à segurança social ou ao reconhecimento de direitos de pensão em caso de divórcio.

O regulamento não afeta a natureza dos direitos reais sobre um bem, a qualificação dos bens e direitos ou a determinação das prerrogativas do titular desses direitos.

A exigência de registo de um bem no registo predial, assim como os efeitos dessa inscrição no registo ou da falta dela, são também excluídos do âmbito de aplicação do regulamento.

Artigo 3.º

Por motivos de coerência e a fim de facilitar a sua compreensão e aplicação uniformes, certas definições utilizadas no presente regulamento são semelhantes às utilizadas noutros instrumentos da União em vigor.

A definição proposta de «tribunal» engloba as autoridades e os profissionais do direito (nomeadamente os notários) que exercem funções jurisdicionais ou atuam por delegação ou

¹² Regidas pelo Regulamento (CE) n.º 4/2009, JO L 7 de 10.1.2009, p. 1.

¹³ Regidas pelo Regulamento (UE) n.º 650/2012, JO L 201 de 27.7.2012, p. 107.

designação de um tribunal, de modo a permitir a equiparação dos atos dessas autoridades às decisões judiciais para efeitos de reconhecimento e de execução num Estado-Membro diferente daquele em que tenham sido proferidos.

5.2. Capítulo II: Competência

As ações judiciais relativas aos regimes matrimoniais dizem frequentemente respeito à liquidação dos bens resultante da cessação da vida do casal, por morte de um cônjuge, divórcio, separação judicial ou anulação do casamento.

O objetivo que o presente regulamento pretende atingir é permitir que diferentes ações conexas intentadas pelos cidadãos possam ser apreciadas pelos tribunais de um mesmo Estado-Membro. Para o efeito, o regulamento procura assegurar a concordância das normas de determinação da competência dos tribunais chamados a apreciar os aspetos patrimoniais dos casamentos com as normas em vigor constantes de outros instrumentos da União, nomeadamente concentrando a competência em matéria de regimes matrimoniais no Estado-Membro cujos órgãos jurisdicionais devam pronunciar-se sobre a sucessão de um cônjuge ou sobre o divórcio, a separação judicial ou a anulação do casamento.

Artigo 4.º

A fim de assegurar que, em caso de morte de um cônjuge, o tribunal competente pode regular tanto a sucessão do cônjuge falecido como a liquidação do regime matrimonial, este artigo prevê que o tribunal competente em matéria de sucessões, nos termos das normas previstas no Regulamento (UE) n.º 650/2012, tenha igualmente competência para decidir das questões relativas à liquidação do regime matrimonial ligada a essa sucessão.

Artigo 5.º

De igual modo, o tribunal competente para regular o divórcio, a separação judicial ou a anulação do casamento, nos termos do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, poderá, com o acordo dos cônjuges, pronunciar-se também a respeito da liquidação do regime matrimonial resultante de um divórcio, separação judicial ou anulação do casamento.

Artigos 6.º e 7.º

O artigo 6.º prevê normas de competência aplicáveis quando as questões relativas ao regime matrimonial não estejam ligadas a uma ação judicial em matéria de sucessões ou de divórcio, separação judicial ou anulação do casamento (nomeadamente quando os cônjuges pretendem alterar o respetivo regime matrimonial). Uma lista de elementos de conexão hierarquicamente enumerados permite determinar o Estado-Membro cujos tribunais são competentes para apreciar esses processos relativos ao regime matrimonial.

Os critérios propostos são, nomeadamente, a residência habitual comum dos cônjuges, a última residência habitual comum se um dos cônjuges nela residir ainda, ou a residência habitual do requerido, critérios estes que são muito utilizados e coincidem muitas vezes com a localização dos bens dos cônjuges. Um último critério é a nacionalidade comum dos cônjuges.

Nesses casos, a fim de aumentar a previsibilidade e a liberdade de escolha dos cônjuges, o artigo 7.º permite igualmente aos cônjuges decidir que os tribunais competentes para tratar

matérias relativas ao respetivo regime matrimonial são os tribunais do Estado-Membro cuja lei é aplicável ao regime matrimonial ou onde o casamento foi celebrado.

Artigo 9.º

A título excecional, o tribunal de um Estado-Membro pode declarar-se incompetente se o direito nacional do seu Estado-Membro não reconhecer o casamento em questão. Nesses casos, a fim de assegurar o acesso dos cônjuges à justiça, estes podem decidir que os tribunais do Estado-Membro cuja lei é aplicável ao regime matrimonial ou os tribunais do Estado-Membro onde o casamento foi celebrado são competentes para apreciar o processo. Caso contrário, serão os critérios definidos no artigo 6.º a determinar o Estado-Membro cujos tribunais são competentes para apreciar o mérito da causa.

Artigo 10.º

Se nenhum Estado-Membro for competente por força dos artigos anteriores, este artigo garante o acesso à justiça aos cônjuges e terceiros interessados perante os tribunais do Estado-Membro em cujo território um ou ambos os cônjuges possuam bens imóveis. Nestes casos, os tribunais só se podem pronunciar quanto aos bens imóveis situados nesse Estado-Membro.

5.3. Capítulo III: Lei aplicável

Artigo 20.º

A lei aplicável em matéria de regimes matrimoniais pode ser a lei de um Estado-Membro ou a de um país terceiro.

Artigo 21.º

O regulamento opta por um regime unitário: o conjunto de bens dos cônjuges, independentemente de se tratar de bens móveis ou imóveis ou da sua localização, fica sujeito a uma única lei, a lei aplicável ao regime matrimonial.

Os imóveis ocupam um lugar especial no património dos casais e uma das possibilidades previstas seria sujeitá-los à lei do país em que se encontram (*lex rei sitae*), o que permite a «desagregação» da lei aplicável ao regime matrimonial dos cônjuges. No entanto, esta solução parece dar origem a dificuldades, nomeadamente no momento da liquidação dos bens, visto que implica uma rutura pouco desejável da unidade do regime matrimonial (ao passo que o passivo se manteria unitário) e a aplicação de leis distintas aos diversos bens abrangidos pelo regime. O regulamento prevê que a lei aplicável ao regime matrimonial, escolhida pelas partes ou determinada pelas outras disposições na ausência de escolha, será aplicável ao conjunto dos bens dos cônjuges, móveis ou imóveis, seja qual for a sua localização.

Artigo 22.º

As consultas efetuadas revelaram um amplo consenso em defesa do reconhecimento de uma certa liberdade das partes na determinação da lei aplicável ao seu regime matrimonial, a fim de facilitar a gestão dos respetivos bens pelos cônjuges. A possibilidade reconhecida aos cônjuges de escolher essa lei deve ser enquadrada, de forma a prevenir a escolha de uma lei que tenha uma ligação ténue com a realidade ou com a evolução da situação do casal, e deve poder recair sobre a lei da residência habitual ou da nacionalidade dos cônjuges ou futuros cônjuges ou de um deles.

Além da possibilidade reconhecida aos cônjuges de escolherem a lei aplicável no momento da celebração do casamento, este artigo autoriza também que essa escolha seja feita num momento posterior, durante a vida conjugal. De igual modo, os cônjuges que tiverem escolhido uma lei aplicável no momento da celebração do casamento podem, posteriormente, decidir mudá-la, escolhendo outra em seu lugar. Se os cônjuges decidirem mudar a lei aplicável ao regime de bens só podem optar por uma das leis que pudessem ter escolhido quando o casamento foi celebrado.

Só os cônjuges podem solicitar a alteração da lei aplicável. A fim de evitar a insegurança jurídica, o regulamento não prevê a alteração automática da lei aplicável sem a manifestação da vontade das partes neste sentido ou de que tomaram conhecimento da alteração.

Por outro lado, para evitar que a alteração da lei aplicável ao regime matrimonial tenha efeitos indesejados pelos cônjuges, essa alteração só deve produzir efeitos para o futuro, a menos que estes decidam conferir-lhe carácter retroativo.

Está garantida a proteção dos direitos de terceiros contra uma eventual alteração da lei aplicável ao regime matrimonial que possa prejudicar os seus interesses, pois o regulamento prevê que os efeitos da alteração retroativa da lei aplicável ao regime matrimonial não podem prejudicar os direitos de terceiros.

Artigo 23.º a 25.º

Estas disposições estabelecem as regras sobre os procedimentos a observar pelos cônjuges para escolherem a lei aplicável e decidirem do respetivo regime matrimonial mediante a celebração de uma convenção nupcial.

Artigo 26.º

Quando os cônjuges não escolhem a lei aplicável ao seu regime matrimonial, é importante prever disposições comuns nos Estados-Membros participantes que permitam determinar a lei aplicável a estas situações. Graças a uma lista de elementos de conexão objetivos que se apliquem hierarquicamente é possível identificar a lei aplicável, garantindo assim a previsibilidade, tanto para os cônjuges como para terceiros. Estes elementos conciliam a realidade da vida do casal, nomeadamente no que se refere à fixação da primeira residência habitual comum, e a necessidade de poder determinar facilmente a lei aplicável ao respetivo regime matrimonial. Contudo, a título excecional, um dos cônjuges pode solicitar a um tribunal que a lei aplicável seja a do Estado onde os cônjuges tiveram a sua última residência habitual comum.

Artigos 27.º e 28.º

O regulamento enumera algumas das questões que devem ser regidas pela lei aplicável ao regime matrimonial. Entre estas figuram a liquidação dos bens, assim como os efeitos do regime matrimonial sobre as relações entre um dos cônjuges e um terceiro. No entanto, a fim de proteger os interesses de terceiros, o regulamento prevê que um cônjuge só possa invocar a lei aplicável contra um terceiro num litígio se esse terceiro tinha ou devia ter conhecimento da lei aplicável ao regime matrimonial. O regulamento especifica os casos em que se deve considerar que um terceiro tinha ou devia ter conhecimento da lei aplicável ao regime matrimonial.

Artigo 30.º

A fim de ter em conta as normas nacionais que protegem a morada da família, esta disposição permite afastar a aplicação num Estado-Membro de uma lei estrangeira a favor da sua própria lei. Deste modo, para garantir a proteção da casa de morada da família, o Estado-Membro em cujo território esta se encontre poderá impor as suas próprias normas de proteção nesta matéria. A título excecional, este Estado-Membro pode aplicar «preferencialmente» a sua própria lei a todas as pessoas que residem no seu território em relação às disposições da lei normalmente aplicável ou da lei do contrato de casamento celebrado noutro Estado-Membro.

5.4. Capítulo IV: Reconhecimento, força executória e execução

O regulamento proposto prevê a livre circulação de decisões, atos autênticos e transações judiciais no domínio dos regimes matrimoniais, consagrando, desta forma, um reconhecimento mútuo baseado na confiança mútua que decorre da integração dos Estados-Membros na União.

Esta livre circulação traduz-se num procedimento uniforme para o reconhecimento e execução de decisões, atos autênticos e transações judiciais provenientes de outro Estado-Membro. Este procedimento vem substituir os procedimentos nacionais atualmente em vigor nos diferentes Estados-Membros. Os fundamentos da recusa de reconhecimento ou execução são igualmente harmonizados a nível da União e foram reduzidos ao mínimo necessário. Vêm substituir os fundamentos diversificados e muitas vezes mais extensos que vigoram atualmente a nível nacional.

Decisões

As normas propostas em matéria de reconhecimento e execução de decisões são semelhantes às que figuram no Regulamento (UE) n.º 650/2012 relativo às sucessões. Preveem, assim, um reenvio para o procedimento do *exequatur* previsto nesse regulamento. Isto significa que qualquer decisão de um Estado-Membro é reconhecida noutros Estados-Membros sem necessidade de qualquer procedimento especial e que, para que a decisão possa ser executada noutro Estado-Membro, o requerente deve seguir um procedimento uniforme no Estado-Membro de execução que lhe permita obter uma declaração de executoriedade. O procedimento é unilateral e limita-se, numa primeira fase, a uma verificação de documentos. Só numa fase posterior, se o requerido contestar, é que o juiz analisará os fundamentos previstos para a recusa. Estes fundamentos garantem a proteção adequada dos direitos dos requeridos.

Estas normas representam um grande passo em frente neste domínio relativamente à situação atual. Com efeito, o reconhecimento e a execução das decisões são regulados, hoje em dia, pelo direito nacional dos Estados-Membros ou por acordos bilaterais celebrados entre Estados-Membros. Os procedimentos a seguir variam em função dos Estados-Membros em causa, bem como os documentos necessários à obtenção da declaração de executoriedade e os fundamentos em que se baseia a recusa de decisões estrangeiras.

Como já foi referido, o regulamento constitui uma primeira medida tomada em matéria de regimes matrimoniais e diz respeito ao direito da família (ver ponto 3.1). Atendendo a este contexto específico, a livre circulação de decisões é submetida ao procedimento de *exequatur*. No entanto, a supressão dos procedimentos intermédios (*exequatur*), a exemplo do que se passa noutros domínios, poderá ser ponderada numa fase posterior, após uma avaliação da aplicação das normas

constantes do regulamento e o desenvolvimento da cooperação judiciária em matéria de regimes de bens, assim como em domínios conexos, a saber, o Regulamento de Bruxelas II-A¹⁴.

Os atos das autoridades que exercem poderes por delegação, nos termos da definição de tribunal consagrada no artigo 3.º do presente regulamento, serão equiparados a decisões judiciais e, portanto, estão abrangidos pelas normas de reconhecimento e de execução previstas por este capítulo.

Atos autênticos

Atendendo à importância prática dos atos autênticos em matéria de regimes matrimoniais e a fim de garantir a coerência do presente regulamento com os outros instrumentos da União, o regulamento deve assegurar a aceitação desses atos no intuito de permitir a sua livre circulação.

Essa aceitação significa que gozam da mesma força probatória quanto ao teor do instrumento e aos factos neles consignados, da mesma presunção de autenticidade e do mesmo carácter executório do que no respetivo país de origem.

2016/0059 (CNS)

Proposta de

REGULAMENTO DO CONSELHO

relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 81.º, n.º 3,

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Após transmissão do projeto de ato legislativo aos parlamentos nacionais,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu¹⁵,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu¹⁶,

Deliberando nos termos de um procedimento legislativo especial,

Considerando o seguinte:

¹⁴ Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de novembro de 2003, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e de regulação do poder paternal e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000 (JO L 338 de 23.12.2003).

¹⁵ JO C [...] de [...], p. [...]

¹⁶ JO C [...] de [...], p. [...]

- (1) A União Europeia consagrou como seu objetivo manter e desenvolver um espaço de liberdade, segurança e justiça em que seja assegurada a livre circulação de pessoas. A fim de criar gradualmente este espaço, a União deverá adotar medidas no domínio da cooperação judiciária em matéria civil que tenham incidência transfronteiriça, em particular quando tal seja necessário ao bom funcionamento do mercado interno.
- (2) Nos termos do artigo 81.º, n.º 2, alínea c), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, essas medidas podem visar, nomeadamente, assegurar a compatibilidade das normas aplicáveis nos Estados-Membros em matéria de conflitos de leis e de jurisdição.
- (3) O Conselho Europeu de Tampere, de 15 e 16 de outubro de 1999, aprovou o princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e outras decisões das autoridades judiciais enquanto pedra angular da cooperação judiciária em matéria civil e solicitou ao Conselho e à Comissão que adotassem um programa de medidas destinadas a pôr em prática esse princípio.
- (4) Em 30 de novembro de 2000, foi adotado um programa de medidas destinadas a aplicar o princípio do reconhecimento mútuo das decisões em matéria civil e comercial¹⁷, comum à Comissão e ao Conselho. Esse programa descreve as medidas relativas à harmonização das normas de conflitos de leis enquanto medidas suscetíveis de facilitar o reconhecimento mútuo das decisões e prevê a elaboração de um instrumento em matéria de regimes matrimoniais.
- (5) O Conselho Europeu, reunido em Bruxelas em 4 e 5 de novembro de 2004, adotou um novo programa intitulado «Programa da Haia: reforço da liberdade, da segurança e da justiça na União Europeia»¹⁸. Nesse programa, o Conselho convidou a Comissão a apresentar um Livro Verde sobre a resolução dos conflitos de leis em matéria de regimes matrimoniais, regulando nomeadamente a competência judiciária e o reconhecimento mútuo. O programa salientou também a necessidade de se adotar um instrumento neste domínio.
- (6) A Comissão adotou, em 17 de julho de 2006, um Livro Verde relativo à resolução dos conflitos de leis em matéria de regimes matrimoniais, incluindo a questão da competência judiciária e do reconhecimento mútuo¹⁹. Esse Livro Verde lançou uma vasta consulta sobre todos os aspetos das dificuldades com que os casais se defrontam num contexto europeu no momento da liquidação do património comum e sobre os meios jurídicos para as remediar.
- (7) Na sua reunião em Bruxelas de 10 e 11 de dezembro de 2009, o Conselho Europeu adotou um novo programa plurianual, intitulado «Programa de Estocolmo – Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos»²⁰. Nesse programa, o Conselho Europeu considera que o reconhecimento mútuo deverá ser alargado a novas matérias ainda não abrangidas, mas essenciais para a vida quotidiana, tais como os regimes matrimoniais, tendo sempre em consideração os sistemas jurídicos, incluindo a ordem pública, e as tradições nacionais dos Estados-Membros neste domínio.
- (8) No «Relatório de 2010 sobre a cidadania da União: eliminar os obstáculos ao exercício dos direitos dos cidadãos da União», adotado em 27 de outubro de 2010²¹, a Comissão anunciou a adoção de uma proposta de instrumento legislativo destinado a suprimir os obstáculos à

¹⁷ JO C 12 de 15.1.2001, p. 1.

¹⁸ JO L 53 de 3.3.2005, p. 1.

¹⁹ COM(2006) 400

²⁰ JO L 115 de 4.5.2010, p. 1.

²¹ COM(2010) 603.

livre circulação de pessoas e, nomeadamente, as dificuldades dos casais na gestão ou na partilha dos seus bens.

- (9) Em 16 de março de 2011, a Comissão adotou uma proposta²² de regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais e uma proposta²³ de regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas.
- (10) Na sua reunião de 3 de dezembro de 2015, o Conselho concluiu que não poderia ser alcançada a unanimidade para a adoção das propostas de regulamentos sobre os regimes matrimoniais e os efeitos patrimoniais das parcerias registadas e que, conseqüentemente, os objetivos da cooperação neste domínio não poderiam ser atingidos dentro de um prazo razoável pela União no seu conjunto.
- (11) Entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, a Suécia, a Bélgica, a Grécia, a Croácia, a Eslovénia, a Espanha, a França, Portugal, a Itália, Malta, o Luxemburgo, a Alemanha, a República Checa, os Países Baixos, a Áustria, a Bulgária e a Finlândia dirigiram pedidos à Comissão indicando que pretendiam instituir entre si uma cooperação reforçada no domínio dos regimes matrimoniais dos casais internacionais e, especificamente, da competência, da lei aplicável e do reconhecimento e execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais e da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas, solicitando à Comissão que apresentasse ao Conselho uma proposta para esse efeito.
- (12) Em [...], o Conselho adotou a Decisão [...] que autoriza uma cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável e do reconhecimento e execução de decisões sobre os regimes de bens dos casais internacionais, abrangendo os regimes matrimoniais e os efeitos patrimoniais das parcerias registadas.
- (13) Nos termos do artigo 328.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, aquando da sua instituição, as cooperações reforçadas estão abertas a todos os Estados-Membros, desde que sejam respeitadas as condições de participação eventualmente fixadas pela decisão de autorização. Estão também abertas a qualquer momento, desde que sejam respeitados, para além das referidas condições, os atos já adotados nesse âmbito. A Comissão e os Estados-Membros participantes na cooperação reforçada devem garantir que é promovida a participação do maior número possível de Estados-Membros. O presente regulamento deverá ser obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável unicamente nos Estados-Membros participantes, em conformidade com os Tratados.
- (14) Em conformidade com o artigo 81.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o presente regulamento deverá aplicar-se no contexto dos regimes matrimoniais com incidência transfronteiriça.
- (15) É conveniente, para garantir a segurança jurídica dos casais vinculados pelo casamento relativamente aos respetivos bens e para lhes oferecer uma certa previsibilidade, incluir num único instrumento o conjunto das regras aplicáveis aos regimes matrimoniais.

²² COM(2011) 126.

²³ COM(2011) 127.

- (16) Para alcançar esses objetivos, o presente regulamento deverá agrupar as disposições sobre a competência judiciária, a lei aplicável, o reconhecimento ou, consoante o caso, a aceitação, a executoriedade e a execução das decisões, dos atos autênticos e das transações judiciais.
- (17) O presente regulamento não define o termo «casamento», cuja definição incumbe às legislações nacionais dos diferentes Estados-Membros.
- (18) O âmbito de aplicação do presente regulamento deverá abarcar todos os aspetos de direito civil dos regimes matrimoniais, respeitantes tanto à gestão quotidiana dos bens dos cônjuges como à sua liquidação, decorrentes nomeadamente da separação do casal ou da morte de um dos seus membros. Para efeitos do presente regulamento, o termo «regime matrimonial» deverá ser interpretado de forma autónoma e deverá abranger não só as regras às quais os cônjuges não podem derogar, mas também as eventuais regras facultativas em que os cônjuges possam acordar em conformidade com a legislação aplicável, bem como as regras gerais previstas na legislação aplicável. Inclui não só as disposições patrimoniais específica e exclusivamente previstas por certos sistemas jurídicos nacionais no caso do casamento, mas também as relações patrimoniais entre os cônjuges e entre estes e terceiros, resultantes diretamente do regime matrimonial ou da dissolução deste regime.
- (19) Por motivos de clareza, deverão ser explicitamente excluídas do âmbito do presente regulamento algumas questões que poderiam ser entendidas como apresentando uma relação com os regimes matrimoniais.
- (20) Consequentemente, o presente regulamento não deverá ser aplicável a questões relacionadas com a capacidade jurídica geral dos cônjuges; no entanto, esta exclusão não deverá abranger os poderes e direitos específicos de qualquer um ou de ambos os cônjuges em relação aos bens, quer entre eles quer em relação a terceiros, uma vez que esses poderes e direitos deverão ser abrangidos pelo âmbito de aplicação do regulamento.
- (21) O presente regulamento não deverá ser aplicável a outras questões preliminares tais como a existência, a validade ou o reconhecimento de um casamento, que continuam a ser abrangidas pelas legislações nacionais dos Estados-Membros, nomeadamente pelas respetivas regras de direito internacional privado.
- (22) Visto que já são reguladas pelo Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares²⁴, as obrigações alimentares entre cônjuges deverão ser excluídas do âmbito de aplicação do presente regulamento, assim como as questões relativas à sucessão por morte de um cônjuge, abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu²⁵.
- (23) As questões dos direitos à transferência ou à adaptação entre cônjuges dos direitos a pensão de reforma ou de invalidez, seja qual for a natureza desses direitos, adquiridos durante o casamento e que não tenham gerado rendimentos de pensão durante o casamento deverão ficar excluídas do âmbito de aplicação do presente regulamento, tendo em conta os sistemas específicos existentes nos Estados-Membros. No entanto, esta exceção deverá ter uma interpretação estrita. Por conseguinte, o presente regulamento deverá regular em particular a questão da classificação dos ativos de pensões, os montantes que já foram pagos a um

²⁴ JO L 7 de 10.1.2009, p. 1.

²⁵ JO L 201 de 27.7.2012, p. 107.

cônjuge durante o casamento, e a eventual compensação que seria concedida no caso de uma pensão subscrita com ativos comuns.

- (24) O presente regulamento deverá permitir a criação ou a transferência, em virtude do regime matrimonial, de um direito sobre um bem móvel ou imóvel, tal como previsto na legislação aplicável ao regime matrimonial. Não deverá, contudo, afetar o número limitado (*numerus clausus*) dos direitos reais conhecidos no direito nacional de alguns Estados-Membros. Um Estado-Membro não deverá ser obrigado a reconhecer um direito real sobre um bem localizado no seu território se esse direito real não for conhecido na sua ordem jurídica.
- (25) No entanto, para que os cônjuges possam beneficiar noutro Estado-Membro dos direitos que foram criados ou lhes foram transferidos em virtude do regime matrimonial, o presente regulamento deverá prever a possibilidade de adaptar um direito real desconhecido ao direito real equivalente mais próximo previsto na lei desse outro Estado-Membro. No contexto dessa adaptação, deverão ser tidos em conta os objetivos e os interesses visados pelo direito real em causa e os efeitos que lhe estão associados. Para determinar o direito equivalente mais próximo, podem ser contactadas as autoridades ou pessoas competentes do Estado cuja lei se aplicou ao regime matrimonial, a fim de obter mais informações sobre a natureza e os efeitos do direito em questão. Para esse efeito, poderão ser utilizadas as redes existentes no domínio da cooperação judiciária em matéria civil e comercial, bem como quaisquer outros meios disponíveis que facilitem a compreensão de legislação estrangeira.
- (26) A adaptação de direitos reais desconhecidos, tal como prevista explicitamente no presente regulamento, não deverá excluir outras formas de adaptação no contexto da aplicação do presente regulamento.
- (27) Deverão ficar excluídos do âmbito de aplicação do presente regulamento os requisitos para a inscrição num registo de um direito sobre um bem imóvel ou móvel. Por conseguinte, deverá caber à lei do Estado-Membro no qual é mantido o registo (a *lex rei sitae*, para os bens imóveis) determinar em que condições legais e de que forma deve ser feita a inscrição no registo e quais as autoridades, nomeadamente as conservatórias de registo predial ou os notários, encarregadas de verificar se estão cumpridos todos os requisitos e se a documentação apresentada ou produzida é suficiente ou contém as informações necessárias. As autoridades podem, nomeadamente, verificar se o direito de um cônjuge aos bens mencionados no documento apresentado para efeitos de registo é um direito exarado como tal no registo ou de outra forma comprovado nos termos da lei do Estado-Membro no qual é mantido o registo. A fim de evitar a duplicação de documentos, as autoridades de registo deverão aceitar os documentos que foram exarados pelas autoridades competentes de outro Estado-Membro e cuja circulação seja prevista pelo presente regulamento. Tal não deverá impedir que as autoridades responsáveis pelo registo peçam à pessoa que solicita o registo que apresente as informações ou os documentos suplementares exigidos pela lei do Estado-Membro no qual é mantido o registo, por exemplo, informações ou documentos relacionados com o pagamento de impostos. A autoridade competente poderá indicar à pessoa que solicita o registo a forma como podem ser fornecidos as informações e os documentos em falta.
- (28) Também deverão ficar excluídos do âmbito de aplicação do presente regulamento os efeitos da inscrição de um direito num registo. Deverá, pois, caber à lei do Estado-Membro no qual é mantido o registo determinar, por exemplo, se a inscrição é declaratória ou tem efeitos constitutivos. Assim, por exemplo, se a aquisição de um direito sobre um bem imóvel exigir a inscrição num registo, nos termos da lei do Estado-Membro no qual que é mantido o

registo, a fim de garantir o efeito *erga omnes* dos registos ou proteger as transações jurídicas, o momento da referida aquisição deverá ser regido pela lei desse Estado-Membro.

- (29) O presente regulamento deverá respeitar os diferentes sistemas em aplicação nos Estados-Membros para tratar matérias relativas aos regimes matrimoniais. Para efeitos do presente regulamento, o termo «órgão jurisdicional» deverá, por conseguinte, ser interpretado em sentido lato, de modo a abranger não só os tribunais na verdadeira aceção do termo, que exercem funções jurisdicionais, mas também, por exemplo, os notários que, em alguns Estados-Membros, em certas matérias relativas aos regimes matrimoniais, exercem funções jurisdicionais como se de tribunais se tratasse, e os notários e profissionais do direito que, em determinados Estados-Membros, exercem funções jurisdicionais ao tratar, por delegação de poderes conferida por um tribunal, matérias relativas a determinado regime matrimonial. Todos os órgãos jurisdicionais na aceção do presente regulamento deverão ficar vinculados às regras de competência definidas no presente regulamento. Inversamente, o termo «órgão jurisdicional» não deverá abranger as autoridades não judiciais de um Estado-Membro competentes nos termos do direito nacional para tratar matérias relativas aos regimes matrimoniais, tais como os notários que, na maior parte dos Estados-Membros, não exercem habitualmente funções jurisdicionais.
- (30) O presente regulamento deverá permitir que todos os notários que tenham nos Estados-Membros competência em matéria de regimes matrimoniais exerçam essa competência. A questão de saber se os notários de um dado Estado-Membro ficam ou não vinculados às regras de competência definidas no presente regulamento deverá depender do facto de estarem abrangidos, ou não, pelo termo «órgão jurisdicional» na aceção do presente regulamento.
- (31) Os atos exarados por notários em matéria de regimes matrimoniais nos Estados-Membros deverão circular ao abrigo do presente regulamento. Sempre que exerçam funções jurisdicionais, os notários estão vinculados às regras de competência, e as decisões que tomam deverão circular de acordo com as disposições relativas ao reconhecimento, executoriedade e execução das decisões. Quando não exercem funções jurisdicionais, os notários não estão vinculados às regras de competência, e os atos autênticos que exaram deverão circular de acordo com as disposições relativas aos atos autênticos.
- (32) A fim de ter em conta a crescente mobilidade dos casais ao longo da vida conjugal e de favorecer a boa administração da justiça, as regras de competência do presente regulamento deverão permitir que as diferentes ações conexas instauradas pelos cidadãos sejam apreciadas pelos órgãos jurisdicionais de um mesmo Estado-Membro. Para esse efeito, o regulamento deverá procurar concentrar a competência em matéria de regimes matrimoniais no Estado-Membro cujos órgãos jurisdicionais devam pronunciar-se sobre a sucessão de um cônjuge ou sobre o divórcio, a separação judicial ou a anulação do casamento em conformidade com, respetivamente, o Regulamento (UE) n.º 650/2012 ou o Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de novembro de 2003, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000²⁶.
- (33) O regulamento deverá prever que, quando esteja pendente uma ação relativa à sucessão de um cônjuge no órgão jurisdicional de um Estado-Membro chamado a pronunciar-se ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 650/2012, os órgãos jurisdicionais desse Estado-Membro

²⁶ JO L 338 de 23.12.2003, p. 1.

tenham competência para decidir das questões relativas aos regimes matrimoniais ligadas a essa ação sucessória.

- (34) De igual modo, as questões relativas ao regime matrimonial que surjam em relação a uma ação pendente no órgão jurisdicional de um Estado-Membro chamado a decidir sobre um divórcio, uma separação judicial ou uma anulação do casamento ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 deverão ser apreciadas pelos órgãos jurisdicionais desse Estado-Membro, a menos que a competência para se pronunciar sobre o divórcio, a separação judicial ou a anulação do casamento só possa basear-se em fundamentos de competência específicos. Nesses casos, a concentração da competência não deverá ser permitida sem o acordo dos cônjuges.
- (35) Se as questões relativas ao regime matrimonial não estiverem ligadas a uma ação pendente no órgão jurisdicional de um Estado-Membro sobre a sucessão de um cônjuge ou sobre o divórcio, a separação judicial ou a anulação do casamento, o presente regulamento deverá prever uma escala de elementos de conexão sucessivos para determinar a competência, a começar pela residência habitual dos cônjuges no momento em que a questão é submetida ao órgão jurisdicional. Esses elementos de conexão são estabelecidos atendendo à crescente mobilidade dos cidadãos e tendo em vista assegurar a existência de um elemento de conexão autêntico entre os cônjuges e o Estado-Membro no qual é exercida a competência.
- (36) A fim de aumentar a segurança jurídica, a previsibilidade e a autonomia das partes, o presente regulamento deverá permitir que as partes celebrem, em determinadas circunstâncias, um acordo de eleição do foro a favor dos órgãos jurisdicionais do Estado-Membro da lei aplicável ou dos órgãos jurisdicionais do Estado-Membro de celebração do casamento.
- (37) Para efeitos de aplicação do presente regulamento, e a fim de abranger todas as situações possíveis, o Estado-Membro de celebração do casamento deverá ser o Estado-Membro perante cujas autoridades é celebrado o casamento.
- (38) Os órgãos jurisdicionais de um Estado-Membro poderão sustentar que nos termos do seu direito internacional privado o casamento em causa não pode ser reconhecido para efeitos de uma ação em matéria de regime matrimonial. Nesse caso, pode ser necessário, a título excecional, declararem-se incompetentes ao abrigo do presente regulamento. Os órgãos jurisdicionais deverão fazê-lo rapidamente e a parte em causa deverá ter a possibilidade de instaurar a ação em qualquer outro Estado-Membro que tenha um elemento de conexão que confira competência, independentemente da ordem desses fundamentos de competência, sendo ao mesmo tempo respeitada a autonomia das partes. Qualquer órgão jurisdicional onde tenha sido instaurada uma ação após uma declaração de incompetência, com exceção dos órgãos jurisdicionais do Estado de celebração do casamento, poderá também, excecionalmente, precisar de se declarar incompetente nas mesmas condições. A combinação das várias regras de competência deverá, no entanto, assegurar que as partes tenham todas as possibilidades de instaurar uma ação nos órgãos jurisdicionais de um Estado-Membro que se declarem competentes para conhecer do seu regime matrimonial.
- (39) O presente regulamento não deverá obstar a que as partes resolvam o litígio em matéria de regime matrimonial por via amigável e extrajudicialmente, por exemplo, perante um notário, num Estado-Membro da sua escolha, se tal for possível de acordo com a lei desse Estado-Membro. Será esse o caso mesmo que a lei aplicável ao regime matrimonial não seja a lei desse Estado-Membro.

- (40) A fim de assegurar que os órgãos jurisdicionais de todos os Estados-Membros possam, com base nos mesmos fundamentos, exercer competência em relação aos regimes matrimoniais dos cônjuges, o presente regulamento deverá enumerar exaustivamente os fundamentos com base nos quais essa competência subsidiária pode ser exercida.
- (41) A fim de corrigir, em particular, situações de denegação de justiça, deverá ser previsto no presente regulamento um *forum necessitatis* que permita a qualquer órgão jurisdicional de um Estado-Membro, em casos excepcionais, decidir sobre um regime matrimonial que apresente uma conexão estreita com um Estado terceiro. Poderá considerar-se que existe um caso excepcional quando a ação se revelar impossível no Estado terceiro em causa, por exemplo devido a uma guerra civil, ou quando não se puder razoavelmente esperar que um cônjuge instaure ou conduza uma ação nesse Estado. A competência baseada no *forum necessitatis* só pode, todavia, ser exercida se o litígio apresentar uma conexão suficiente com o Estado-Membro do órgão jurisdicional demandado.
- (42) Em prol de um funcionamento harmonioso da justiça, deverá evitar-se que sejam proferidas decisões incompatíveis em diferentes Estados-Membros. Para tal, o presente regulamento deverá prever regras processuais gerais semelhantes às de outros diplomas legais da União no domínio da cooperação judiciária em matéria civil. De entre essas regras processuais refira-se a regra de litispendência, que será aplicável se a mesma ação em matéria de regimes matrimoniais for intentada em diferentes órgãos jurisdicionais de diferentes Estados-Membros. Essa regra determinará qual o órgão jurisdicional em que deverá prosseguir a ação relativa ao regime matrimonial.
- (43) Para que os cidadãos possam beneficiar, com toda a segurança jurídica, das vantagens oferecidas pelo mercado interno, o presente regulamento deverá permitir que os cônjuges conheçam antecipadamente a lei aplicável ao seu regime matrimonial. Por conseguinte, deverão ser introduzidas normas harmonizadas de conflitos de leis para evitar resultados contraditórios. A regra principal deverá assegurar que o regime matrimonial seja regido por uma lei previsível, com a qual apresente uma conexão estreita. Por razões de segurança jurídica e para evitar a fragmentação do regime matrimonial, a lei aplicável deverá regular o regime matrimonial no seu todo, ou seja, todos os bens abrangidos por esse regime, independentemente da natureza dos bens e independentemente de estes se encontrarem situados noutra Estado-Membro ou num Estado terceiro.
- (44) A lei determinada pelo presente regulamento deverá aplicar-se, mesmo que não seja a de um Estado-Membro.
- (45) A fim de facilitar a gestão dos respetivos bens pelos cônjuges, o presente regulamento deverá dar-lhes a faculdade de escolher a lei aplicável ao seu regime matrimonial, independentemente da natureza ou da localização dos bens, entre as leis que tenham um vínculo estreito com os cônjuges devido à residência habitual ou nacionalidade de cada um deles. Esta escolha pode ser efetuada em qualquer momento, antes do casamento, no momento da celebração do casamento mas também ao longo da vida conjugal.
- (46) A fim de garantir a segurança jurídica das transações e de prevenir qualquer alteração da lei aplicável ao regime matrimonial sem que os cônjuges sejam informados, não deverá ser alterada a lei aplicável ao regime matrimonial sem manifestação expressa da vontade das partes neste sentido. A alteração decidida pelos cônjuges não poderá ter efeitos retroativos, a menos que os cônjuges o prevejam de forma expressa. Seja qual for o caso, não poderá afetar os direitos de terceiros.

- (47) As regras sobre a validade material e formal do acordo sobre a escolha da lei aplicável deverão ser definidas de modo a que a escolha informada dos cônjuges seja facilitada e o seu consentimento respeitado, a fim de garantir a segurança jurídica e um melhor acesso à justiça. No que diz respeito à validade formal, deverão ser introduzidas determinadas garantias para assegurar que os cônjuges tenham consciência das consequências da sua escolha. O acordo sobre a escolha da lei aplicável deverá, no mínimo, ser reduzido a escrito, datado e assinado por ambas as partes. Todavia, se a lei do Estado-Membro no qual ambos os cônjuges têm a sua residência habitual no momento da celebração do acordo previr requisitos formais suplementares, estes deverão ser cumpridos. Se, no momento da celebração do acordo, os cônjuges tiverem a sua residência habitual em Estados-Membros diferentes e as leis desses Estados-Membros previrem requisitos formais diferentes, basta que sejam cumpridos os requisitos formais de um desses Estados. Se, no momento da celebração do acordo, apenas um dos cônjuges tiver a sua residência habitual num Estado-Membro cujas leis prevejam requisitos formais suplementares, tais requisitos deverão ser cumpridos.
- (48) Uma convenção nupcial é um tipo de disposição sobre o património dos cônjuges cuja admissibilidade e aceitação varia entre os diferentes Estados-Membros. Para facilitar a aceitação nos Estados-Membros dos direitos de propriedade adquiridos em resultado de uma convenção nupcial, deverão ser definidas regras sobre a validade formal das convenções nupciais. A convenção deverá, no mínimo, ser reduzida a escrito, datada e assinada por ambas as partes. Deverá contudo obedecer, além disso, aos demais requisitos formais estabelecidos na lei aplicável ao regime matrimonial, conforme determinado no regulamento e na lei do Estado-Membro em que os cônjuges tenham a sua residência habitual. O presente regulamento deverá também determinar a lei que deve regular a validade material dessa convenção.
- (49) Na ausência de escolha da lei aplicável, e a fim de conciliar a previsibilidade e o imperativo da segurança jurídica com a realidade da vida do casal, o presente regulamento deverá prever normas de conflitos de leis harmonizadas com base numa escala de elementos de conexão sucessivos, que permitam determinar a lei aplicável ao conjunto dos bens dos cônjuges. Assim, a primeira residência habitual comum dos cônjuges pouco depois do casamento deverá constituir o primeiro desses elementos, antes da lei da nacionalidade comum dos cônjuges no momento do casamento. Se nenhum destes elementos se verificar, ou na ausência de primeira residência habitual comum em caso de dupla nacionalidade comum dos cônjuges no momento da celebração do casamento, deverá ser aplicado como terceiro elemento a lei do Estado com o qual os cônjuges tenham conjuntamente os vínculos mais estreitos, atendendo a todas as circunstâncias do caso, precisando que são os vínculos existentes no momento da celebração do casamento que devem ser tidos em consideração.
- (50) Nos casos em que o presente regulamento se refere à nacionalidade como elemento de conexão, a questão de saber como considerar uma pessoa que tenha mais de uma nacionalidade é uma questão prejudicial que não é abrangida pelo âmbito de aplicação do presente regulamento e que deverá ser determinada pela legislação nacional, incluindo, se for caso disso, por convenções internacionais, no pleno respeito pelos princípios gerais da União Europeia. Essa consideração não deverá ter efeitos sobre a validade de uma escolha de lei que tenha sido feita em conformidade com o presente regulamento.
- (51) No que respeita à determinação da lei aplicável ao regime matrimonial na ausência de escolha da lei e de convenção nupcial, a autoridade judicial de um Estado-Membro, a pedido de qualquer um dos cônjuges, deverá, em casos excecionais – quando os cônjuges se tenham mudado para o Estado da sua residência habitual por um largo período –, poder

chegar à conclusão de que a lei desse Estado pode ser aplicável se os cônjuges a tiverem invocado. Seja qual for o caso, não poderá afetar os direitos de terceiros.

- (52) A lei designada como lei aplicável ao regime matrimonial deverá regular o regime matrimonial, desde a classificação dos bens de um ou de ambos os cônjuges em diferentes categorias durante o casamento e após a sua dissolução, até à liquidação dos bens. Deverá incluir os efeitos do regime matrimonial sobre uma relação jurídica entre um dos cônjuges e terceiros. No entanto, a lei aplicável ao regime matrimonial só poderá ser invocada por um cônjuge contra um terceiro para regular esses efeitos quando a relação jurídica entre o cônjuge e o terceiro tenha surgido num momento em que o terceiro tinha ou devia ter conhecimento dessa lei.
- (53) Por considerações de interesse público, tais como a proteção da organização política, social ou económica de um Estado-Membro, os órgãos jurisdicionais e outras autoridades competentes dos Estados-Membros deverão ter a possibilidade, em casos excecionais, de aplicar exceções baseadas em disposições imperativas. Por conseguinte, o conceito de «disposições imperativas» deverá abranger as normas de carácter imperativo tais como as normas de proteção do domicílio conjugal. Não obstante, esta exceção à aplicação da lei aplicável ao regime matrimonial exige uma interpretação restritiva para poder ser compatível com o objetivo geral do presente regulamento.
- (54) Em circunstâncias excecionais, por considerações de interesse público, os órgãos jurisdicionais e outras autoridades competentes para tratar matérias relativas aos regimes matrimoniais nos Estados-Membros deverão ter também a possibilidade de afastar certas disposições da lei estrangeira quando a sua aplicação num caso específico seja manifestamente incompatível com a ordem pública do Estado-Membro em causa. No entanto, os órgãos jurisdicionais ou outras autoridades competentes não deverão poder invocar a exceção de ordem pública para afastar a lei de outro Estado-Membro nem recusar reconhecer ou, consoante o caso, executar uma decisão já proferida, um ato autêntico ou uma transação judicial provenientes de outro Estado-Membro, quando a aplicação da exceção de ordem pública seja contrária à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em especial ao artigo 21.º, sobre o princípio da não discriminação.
- (55) Uma vez que nalguns Estados coexistem dois ou mais sistemas jurídicos ou conjuntos de normas respeitantes às matérias regidas pelo presente regulamento, é conveniente prever em que medida as disposições do presente regulamento são aplicáveis nas diferentes unidades territoriais desses Estados.
- (56) À luz do seu objetivo geral, isto é, o reconhecimento mútuo das decisões proferidas nos Estados-Membros em matéria de regimes matrimoniais, o presente regulamento deverá prever normas relativas ao reconhecimento, à executoriedade e à execução de decisões semelhantes às de outros diplomas legais da União no domínio da cooperação judiciária em matéria civil.
- (57) A fim de ter em conta os diferentes sistemas dos Estados-Membros em matéria de regimes matrimoniais, o presente regulamento deverá assegurar a aceitação e a executoriedade em todos os Estados-Membros dos atos autênticos em matéria de regimes matrimoniais.
- (58) Os atos autênticos deverão ter noutro Estado-Membro a mesma força probatória que têm no Estado-Membro de origem, ou efeitos o mais comparáveis possível. Para determinar a força probatória de um dado ato autêntico noutro Estado-Membro ou os efeitos o mais comparáveis possível, deverá ser feita referência à natureza e ao âmbito da força probatória do ato autêntico no Estado-Membro de origem. A força probatória que um dado ato

autêntico terá noutro Estado-Membro dependerá, assim, da lei do Estado-Membro de origem.

- (59) A «autenticidade» de um ato autêntico deverá ser um conceito autónomo que engloba elementos como a exatidão do ato, os seus pressupostos formais, os poderes da autoridade que elabora o ato e o procedimento segundo o qual o ato é elaborado. Deverá englobar também os elementos factuais consignados pela autoridade em causa no ato autêntico, por exemplo, o facto de as partes indicadas se terem apresentado perante essa autoridade na data indicada e de terem feito as declarações indicadas. Uma parte que pretenda impugnar a autenticidade de um ato autêntico deverá fazê-lo perante o órgão jurisdicional competente do Estado-Membro de origem do ato autêntico nos termos da lei desse Estado-Membro.
- (60) Os termos «os atos jurídicos ou as relações jurídicas consignados num ato autêntico» deverão ser interpretados como referindo-se ao conteúdo de fundo consignado no ato autêntico. Uma parte que pretenda contestar os atos jurídicos ou relações jurídicas consignados num ato autêntico deverá fazê-lo perante os órgãos jurisdicionais competentes ao abrigo do presente regulamento, que decidirão sobre a contestação à luz da lei aplicável ao regime matrimonial.
- (61) Se os atos jurídicos ou as relações jurídicas consignados num ato autêntico forem invocados a título incidental perante um órgão jurisdicional de um Estado-Membro, este deverá ser competente para conhecer da questão.
- (62) O ato autêntico objeto de recurso não deverá ter força probatória num Estado-Membro que não seja o Estado-Membro de origem enquanto o recurso estiver pendente. Se o recurso apenas incidir sobre uma questão específica relacionada com os atos jurídicos ou as relações jurídicas consignados no ato autêntico, o ato autêntico em causa não deverá ter força probatória num Estado-Membro que não seja o Estado-Membro de origem no tocante aos factos impugnados, enquanto o recurso estiver pendente. O ato autêntico cuja validade tenha sido declarada nula na sequência de um recurso deixará de ter qualquer força probatória.
- (63) Caso sejam apresentados a uma autoridade, no âmbito da aplicação do presente regulamento, dois atos autênticos incompatíveis, esta deverá determinar qual dos atos autênticos deverá eventualmente ter prioridade, tendo em conta as circunstâncias do caso. Se, em virtude dessas circunstâncias, não for claro qual dos atos autênticos deve eventualmente ter prioridade, a questão deverá ser decidida pelos órgãos jurisdicionais competentes nos termos do presente regulamento, ou, se a questão for invocada a título incidental durante o processo, pelo órgão jurisdicional onde foi intentada a ação. Em caso de incompatibilidade entre um ato autêntico e uma decisão, deverão ser tidos em conta os motivos de não reconhecimento de decisões nos termos do presente regulamento.
- (64) O reconhecimento e a execução de uma decisão em matéria de regime matrimonial nos termos do presente regulamento não deverão, de modo algum, implicar o reconhecimento do casamento subjacente ao regime matrimonial que deu lugar à decisão.
- (65) É conveniente especificar a relação entre o presente regulamento e as convenções bilaterais ou multilaterais em matéria de regime matrimonial em que os Estados-Membros sejam partes.
- (66) O presente regulamento não deverá obstar a que os Estados-Membros partes na Convenção de 6 de fevereiro de 1931 entre a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia relativa às disposições de direito internacional em matéria de casamento, adoção e guarda de menores, tal como revista em 2006; na Convenção de 19 de novembro de 1934 entre a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia relativa às disposições de direito

internacional privado em matéria de sucessões, testamentos e administração de heranças, tal como revista em junho de 2012, e na Convenção de 11 de outubro de 1997 entre a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia sobre o reconhecimento e execução de sentenças em matéria civil, continuem a aplicar determinadas disposições dessas convenções, desde que estas convenções prevejam procedimentos simplificados e mais expeditos para o reconhecimento e a execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais.

- (67) Para facilitar a aplicação do presente regulamento, convém prever a obrigação de os Estados-Membros comunicarem certas informações sobre a sua legislação e procedimentos relativos aos regimes matrimoniais no âmbito da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial, criada pela Decisão 2001/470/CE do Conselho²⁷. A fim de permitir a publicação em tempo útil no *Jornal Oficial da União Europeia* de todas as informações pertinentes para a aplicação prática do presente regulamento, os Estados-Membros deverão igualmente comunicar essas informações à Comissão antes do início da aplicação do presente regulamento.
- (68) Do mesmo modo, para facilitar a aplicação do presente regulamento e permitir a utilização das modernas tecnologias de comunicação, deverão ser previstos formulários normalizados para as certidões a emitir no âmbito do pedido de uma declaração de executoriedade de uma decisão, de um ato autêntico ou de uma transação judicial.
- (69) Para efeitos do cálculo dos prazos e dos termos previstos no presente regulamento, deverá aplicar-se o disposto no Regulamento (CEE, Euratom) n.º 1182/71 do Conselho, de 3 de junho de 1971, relativo à determinação das regras aplicáveis aos prazos, às datas e aos termos²⁸.
- (70) Para assegurar condições uniformes de execução do presente regulamento, deverá ser atribuída competência de execução à Comissão no que respeita ao estabelecimento e subsequente alteração das certidões e formulários relativos à declaração que ateste a força executiva das decisões, das transações judiciais e dos atos autênticos. Essa competência deverá ser exercida nos termos do Regulamento (UE) n.º 182/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências de execução pela Comissão²⁹.
- (71) Deverá ser utilizado o procedimento consultivo para a adoção dos atos de execução que estabelecem e subsequentemente alteram as certidões e formulários previstos no presente regulamento mediante o procedimento previsto no artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 182/2011.
- (72) Atendendo a que os objetivos do presente regulamento, a saber, a livre circulação de pessoas na União Europeia, a possibilidade conferida aos cônjuges de organizarem as relações patrimoniais entre si e em relação a terceiros tanto durante a vida do casal como no momento da liquidação dos seus bens, bem como uma maior previsibilidade e segurança jurídica, não podem ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros mas podem, devido à dimensão e aos efeitos do presente regulamento, ser mais bem realizados ao nível da União, se for caso disso através de uma cooperação reforçada entre Estados-Membros. Em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado

²⁷ JO L 174 de 27.6.2001, p. 25.

²⁸ JO L 124 de 8.6.1971, p. 1.

²⁹ JO L 55 de 28.2.2011, p. 13.

da União Europeia, a União tem competência para tomar medidas. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, o presente regulamento não excede o necessário para alcançar aqueles objetivos.

- (73) O presente regulamento respeita os direitos fundamentais e observa os princípios reconhecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em particular nos artigos 7.º, 9.º, 17.º, 21.º e 47.º, relativos, respetivamente, ao respeito pela vida privada e familiar, ao direito a contrair casamento e a constituir família nos termos das legislações nacionais, ao direito de propriedade, ao princípio da não discriminação e ao direito à ação e a um tribunal imparcial. O presente regulamento deve ser aplicado pelos órgãos jurisdicionais e outras autoridades competentes dos Estados-Membros respeitando estes direitos e princípios,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Capítulo I **Âmbito de aplicação e definições**

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento é aplicável aos regimes matrimoniais.
Não é aplicável às matérias fiscais, aduaneiras e administrativas.
2. São excluídos do âmbito de aplicação do presente regulamento:
 - a) A capacidade jurídica dos cônjuges;
 - b) A existência, validade ou reconhecimento de um casamento;
 - c) As obrigações de alimentos;
 - d) A sucessão por morte do cônjuge;
 - e) A segurança social;
 - f) O direito à transferência ou à adaptação entre cônjuges, em caso de divórcio, separação judicial ou anulação do casamento, dos direitos a pensão de reforma ou de invalidez adquiridos durante o casamento e que não tenham gerado rendimentos de pensão durante o casamento;
 - g) A natureza dos direitos reais sobre um bem, e
 - h) Qualquer inscrição num registo de direitos sobre um bem imóvel ou móvel, incluindo os requisitos legais para essa inscrição, e os efeitos da inscrição ou não inscrição desses direitos num registo.

Artigo 2.º

**Competência em matéria de regimes matrimoniais
nos Estados-Membros**

O presente regulamento não afeta a competência das autoridades dos Estados-Membros para tratar matérias relacionadas com os regimes matrimoniais.

Artigo 3.º

Definições

1. Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:
 - (a) «Regime matrimonial», o conjunto de normas relativas às relações patrimoniais dos cônjuges e às suas relações com terceiros, em resultado do casamento ou da sua dissolução;
 - (b) «Convenção nupcial», qualquer convenção entre cônjuges ou futuros cônjuges pela qual estabelecem o seu regime matrimonial;
 - (c) «Ato autêntico», um documento em matéria de regime matrimonial que tenha sido formalmente redigido ou registado como ato autêntico num Estado-Membro e cuja autenticidade:
 - i) esteja associada à assinatura e ao conteúdo do ato autêntico; e
 - ii) tenha sido estabelecida por uma autoridade pública ou outra autoridade habilitada para o efeito pelo Estado-Membro de origem;
 - (d) «Decisão», qualquer decisão em matéria de regime matrimonial proferida por um órgão jurisdicional de um Estado-Membro, independentemente da designação que lhe for dada, incluindo uma decisão sobre a fixação pelo secretário do órgão jurisdicional do montante das custas do processo;
 - (e) «Transação judicial», uma transação em matéria de regime matrimonial homologada por um órgão jurisdicional ou celebrada perante um órgão jurisdicional no decurso de uma ação;
 - (f) «Estado-Membro de origem», o Estado-Membro no qual, consoante o caso, foi proferida a decisão, exarado o ato autêntico e homologada ou concluída a transação judicial;
 - (g) «Estado-Membro de execução», o Estado-Membro no qual é requerido o reconhecimento e/ou execução da decisão, do ato autêntico ou da transação judicial;
2. Para efeitos do presente regulamento, a noção de «órgão jurisdicional» inclui os tribunais e as outras autoridades e profissionais do direito competentes em matéria de regimes matrimoniais que exerçam funções jurisdicionais ou ajam no exercício de uma delegação de poderes conferida por um tribunal ou sob o seu controlo, desde que essas outras autoridades e profissionais do direito ofereçam garantias no que respeita à sua imparcialidade e ao direito de todas as partes a serem ouvidas, e desde que as suas decisões nos termos da lei do Estado-Membro onde estão estabelecidos:

- i) possam ser objeto de recurso perante um tribunal ou de controlo por este; e
- ii) tenham força e efeitos equivalentes aos de uma decisão de um tribunal na mesma matéria.

Os Estados-Membros notificam à Comissão as outras autoridades e profissionais do direito a que se refere o primeiro parágrafo nos termos do artigo 64.º.

Capítulo II Competência

Artigo 4.º

Competência em caso de morte de um dos cônjuges

Se num órgão jurisdicional de um Estado-Membro for instaurada uma ação relativa à sucessão de um dos cônjuges nos termos do Regulamento (UE) n.º 650/2012, os órgãos jurisdicionais desse Estado são competentes para decidir das questões ligadas ao regime matrimonial relacionadas com essa ação sucessória.

Artigo 5.º

Competência em caso de divórcio, separação judicial ou anulação do casamento

1. Sem prejuízo do n.º 2, se um órgão jurisdicional de um Estado-Membro for chamado a decidir sobre um pedido de divórcio, separação judicial ou anulação do casamento dos cônjuges, nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 2201/2003, os órgãos jurisdicionais desse Estado são competentes para decidir das questões ligadas ao regime matrimonial relacionadas com esse pedido.
2. A competência em matéria de regimes matrimoniais prevista no n.º 1 fica sujeita ao acordo dos cônjuges quando o órgão jurisdicional chamado a decidir sobre o pedido de divórcio, separação judicial ou anulação do casamento:
 - (a) For o órgão jurisdicional de um Estado-Membro em cujo território o requerente tem a sua residência habitual e em que residiu, pelo menos, no ano imediatamente anterior à apresentação do pedido, em conformidade com o artigo 3.º, n.º 1, alínea a), quinto travessão do Regulamento (CE) n.º 2201/2003; ou
 - (b) For o órgão jurisdicional de um Estado-Membro de que o requerente é nacional e no território do qual tem a sua residência habitual e residiu, pelo menos, nos seis meses imediatamente anteriores à apresentação do pedido, em conformidade com o artigo 3.º, n.º 1, alínea a), sexto travessão do Regulamento (CE) n.º 2201/2003; ou
 - (c) For o órgão jurisdicional chamado a decidir nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 nos casos de conversão da separação judicial em divórcio; ou
 - (d) For o órgão jurisdicional chamado a decidir nos termos do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 nos casos de competências residuais.

3. Se for concluído antes de o órgão jurisdicional ser chamado a decidir sobre as questões ligadas aos regimes matrimoniais, o acordo referido no n.º 2 deve estar em conformidade com o disposto no artigo 7.º, n.º 2.

Artigo 6.º

Outras competências

Se nenhum órgão jurisdicional de um Estado-Membro for competente nos termos dos artigos 4.º e 5.º, ou em casos que não os previstos nos referidos artigos, são competentes para apreciar as ações relativas ao regime matrimonial dos cônjuges os órgãos jurisdicionais do Estado-Membro:

- (a) Em cujo território os cônjuges têm sua a residência habitual à data da instauração da ação, ou, na sua falta,
- (b) Em cujo território os cônjuges tinham a última residência habitual, desde que um deles ainda aí resida à data da instauração da ação, ou, na sua falta,
- (c) Em cujo território o requerido tem a sua residência habitual à data da instauração da ação, ou, na sua falta,
- (d) Da nacionalidade comum dos cônjuges à data da instauração da ação.

Artigo 7.º

Eleição do foro

1. Nos casos abrangidos pelo artigo 6.º, as partes podem acordar em que os órgãos jurisdicionais do Estado-Membro cuja lei é aplicável nos termos dos artigos 22.º, 26.º, n.º 1, alíneas a) ou b), ou os órgãos jurisdicionais do Estado-Membro de celebração do casamento, tenham competência exclusiva para decidir das questões relativas a esse regime.
2. O acordo deve ser reduzido a escrito, datado e assinado pelas partes. Qualquer comunicação por via eletrónica que permita um registo duradouro do acordo é considerada equivalente à forma escrita.

Artigo 8.º

Competência baseada na comparência do requerido

1. Para além dos casos em que a competência resulte de outras disposições do presente regulamento, é competente o órgão jurisdicional de um Estado-Membro cuja lei seja aplicável nos termos dos artigos 22.º, 26.º, n.º 1, alíneas a) ou b), e perante o qual o requerido compareça. Esta regra não é aplicável se a comparência tiver como objetivo contestar a competência, ou nos casos abrangidos pelo artigo 4.º ou pelo artigo 5.º, n.º 1.
2. Antes de se declarar competente nos termos do n.º 1, o órgão jurisdicional deve certificar-se de que o requerido está informado do seu direito de contestar a competência e das consequências de comparecer ou de não comparecer.

Artigo 9.º

Competência alternativa

1. A título excecional, se sustentar que nos termos do seu direito internacional privado o casamento em questão não é reconhecido para efeitos de uma ação em matéria de regime matrimonial, um órgão jurisdicional de um Estado-Membro que tenha competência nos

termos dos artigos 4.º, 6.º, 7.º ou 8.º pode declarar-se incompetente. Se o órgão jurisdicional decidir declarar-se incompetente, deve fazê-lo sem demora injustificada.

2. Se um órgão jurisdicional competente nos termos dos artigos 4.º ou 6.º se declarar incompetente e as partes acordarem em conferir competência aos órgãos jurisdicionais de qualquer outro Estado-Membro em conformidade com o artigo 7.º, a competência para decidir sobre o regime matrimonial incumbe aos órgãos jurisdicionais desse Estado-Membro.

Nos outros casos, a competência para decidir sobre o regime matrimonial incumbe aos órgãos jurisdicionais de qualquer outro Estado-Membro nos termos dos artigos 6.º e 8.º, ou aos órgãos jurisdicionais do Estado-Membro de celebração do casamento.

3. O presente artigo não se aplica quando as partes tenham obtido um divórcio, separação judicial ou anulação do casamento que seja suscetível de ser reconhecido no Estado-Membro do foro³⁰.

Artigo 10.º

Competências residuais

Se nenhum órgão jurisdicional de um Estado-Membro for competente por força dos artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º, ou se todos os órgãos jurisdicionais nos termos do artigo 9.º se tiverem declarado incompetentes e nenhum órgão jurisdicional tiver competência nos termos do artigo 9.º, n.º 2, os órgãos jurisdicionais de um Estado-Membro são competentes desde que um ou mais bens imóveis de um ou ambos os cônjuges estejam situados no território desse Estado-Membro, caso em que a decisão do órgão jurisdicional só pode incidir sobre os bens imóveis em causa.

Artigo 11.º

Forum necessitatis

Se nenhum órgão jurisdicional de um Estado-Membro for competente nos termos dos artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 10.º, ou se todos os órgãos jurisdicionais nos termos do artigo 9.º se tiverem declarado incompetentes e nenhum órgão jurisdicional de um Estado-Membro tiver competência nos termos dos artigos 9.º, n.º 2 e 6.º, os órgãos jurisdicionais de um Estado-Membro podem, a título excecional, decidir das questões relativas ao regime matrimonial se uma ação não puder ser razoavelmente instaurada ou conduzida ou se revelar impossível num Estado terceiro com o qual esteja estreitamente relacionada.

A ação deve apresentar uma conexão suficiente com o Estado-Membro do órgão jurisdicional a que foi submetida.

Artigo 12.º

Pedidos reconventionais

O órgão jurisdicional em que estiver pendente a ação por força dos artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, n.º 2, 10.º ou 11.º é igualmente competente para conhecer de um pedido reconvenional, desde que este seja abrangido pelo âmbito de aplicação do presente regulamento.

³⁰ Encontra-se uma formulação semelhante («suscetível de ser reconhecido») no Regulamento Bruxelas I (reformulação), artigo 33.º, n.º 1, alínea a) e n.º 3, no artigo 34.º, n.º 1, alínea b), e considerando 23.

Artigo 13.º
Limitação da ação

1. Caso a herança do falecido cuja sucessão recaia no âmbito de aplicação do Regulamento (UE) n.º 650/2012 inclua bens situados num Estado terceiro, o órgão jurisdicional chamado a decidir sobre o regime matrimonial pode, a pedido de uma das partes, decidir não se pronunciar sobre um ou mais desses bens se for expectável que a sua decisão relativamente a tais bens não será reconhecida nem, se for caso disso, declarada executória nesse Estado terceiro.
2. O n.º 1 não afeta o direito das partes de limitarem o âmbito da ação nos termos da lei do Estado-Membro onde a mesma foi intentada.

Artigo 14.º
Início da ação

Para efeitos do presente capítulo, considera-se que a ação se inicia:

- a) Na data em que é apresentada ao órgão jurisdicional a petição que determina o início da instância ou um ato equivalente, desde que o requerente não tenha posteriormente deixado de tomar as medidas que lhe incumbem para que seja feita a citação ou notificação ao requerido; ou
- b) Se o ato tiver de ser citado ou notificado antes de ser apresentado ao órgão jurisdicional, na data em que é recebido pela autoridade responsável pela citação ou notificação, desde que o requerente não tenha posteriormente deixado de tomar as medidas que lhe incumbem para que o ato seja apresentado ao órgão jurisdicional; ou
- c) Se a ação for iniciada oficiosamente pelo órgão jurisdicional, no momento em que é tomada pelo órgão jurisdicional a decisão de dar início à ação, ou, quando tal decisão não for exigida, no momento em que o processo é registado pelo órgão jurisdicional.

Artigo 15.º
Verificação da competência

O órgão jurisdicional de um Estado-Membro perante o qual tenha sido intentada uma ação relativa a um regime matrimonial para a qual não seja competente por força do presente regulamento declara oficiosamente não ter competência.

Artigo 16.º
Verificação da admissibilidade

1. Se um requerido que tenha residência habitual num Estado que não seja o Estado-Membro onde foi intentada a ação não comparecer, o órgão jurisdicional competente nos termos do presente regulamento deve suspender a instância enquanto não for demonstrado que o requerido foi devidamente citado e notificado do ato introdutório da instância, ou ato equivalente, com tempo suficiente para poder deduzir a sua defesa, ou que foram efetuadas todas as diligências nesse sentido.
2. É aplicável o disposto no artigo 19.º do Regulamento (CE) n.º 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2007, relativo à citação e à notificação dos

atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial³¹ nos Estados-Membros, em vez do n.º 1 do presente artigo, se o ato introdutório da instância, ou ato equivalente, tiver sido transmitido de um Estado-Membro para outro em aplicação do referido regulamento.

3. Se o disposto no Regulamento (CE) n.º 1393/2007 não for aplicável, aplica-se o artigo 15.º da Convenção da Haia de 15 de novembro de 1965, relativa à citação e à notificação no estrangeiro dos atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial, se o ato introdutório da instância, ou ato equivalente, tiver sido transmitido para o estrangeiro em execução da referida Convenção.

Artigo 17.º
Litispêndêcia

1. Caso sejam intentadas ações com o mesmo pedido e a mesma causa de pedir entre as mesmas partes, perante órgãos jurisdicionais de diferentes Estados-Membros, o órgão jurisdicional onde a ação foi intentada em segundo lugar suspende oficiosamente a instância até ser determinada a competência do órgão jurisdicional onde a ação foi intentada em primeiro lugar.
2. Nos casos referidos no n.º 1, a pedido de um órgão jurisdicional a que o litígio tenha sido submetido, qualquer outro órgão jurisdicional demandado informa sem demora o primeiro órgão jurisdicional da data em que a ação lhe foi submetida.
3. Quando estiver estabelecida a competência do órgão jurisdicional a que a ação foi intentada em primeiro lugar, o segundo órgão jurisdicional declara-se incompetente a favor daquele.

Artigo 18.º
Conexão

1. Quando estiverem pendentes em órgãos jurisdicionais de diferentes Estados-Membros pedidos conexos, o órgão jurisdicional onde a ação foi intentada em segundo lugar pode suspender a instância.
2. Se esses pedidos estiverem pendentes em primeira instância, o órgão jurisdicional onde a ação foi intentada em segundo lugar pode igualmente declinar a sua competência, a pedido de uma das partes, se o órgão jurisdicional onde a ação foi intentada em primeiro lugar for competente para conhecer dos pedidos em questão e a sua lei permitir a respetiva apensação.
3. Para efeitos do presente artigo, consideram-se conexos os pedidos ligados entre si por um nexo tão estreito que há interesse em que sejam instruídos e julgados simultaneamente a fim de evitar decisões que possam ser inconciliáveis se as causas forem julgadas separadamente.

Artigo 19.º
Medidas provisórias e medidas cautelares

As medidas provisórias, incluindo as medidas cautelares, previstas na lei de um Estado-Membro podem ser requeridas aos órgãos jurisdicionais desse Estado-Membro, mesmo que, por força do presente regulamento, um órgão jurisdicional de outro Estado-Membro seja competente para conhecer do mérito da causa.

³¹ JO L 324 de 10.12.2007, p. 79.

Capítulo III

Lei aplicável

Artigo 20.º **Aplicação universal**

É aplicável a lei designada pelo presente regulamento, mesmo que não seja a lei de um Estado-Membro.

Artigo 21.º **Unidade da lei aplicável**

A lei aplicável ao regime matrimonial por força dos artigos 22.º ou 26.º aplica-se a todos os ativos abrangidos por esse regime, independentemente da sua localização.

Artigo 22.º **Escolha da lei aplicável**

1. Os cônjuges ou futuros cônjuges podem acordar em designar ou alterar a lei aplicável ao regime matrimonial, desde que seja uma das seguintes:
 - (a) A lei do Estado da residência habitual dos cônjuges ou futuros cônjuges, ou de um deles, no momento em que for concluído o acordo, ou
 - (b) A lei de um Estado da nacionalidade de qualquer dos cônjuges ou futuros cônjuges no momento da conclusão do acordo.
2. Salvo acordo em contrário dos cônjuges, a alteração da lei aplicável ao regime matrimonial ocorrida durante a vida conjugal só produz efeitos para o futuro.
3. As eventuais alterações retroativas da lei aplicável nos termos do n.º 2 não podem afetar negativamente os direitos de terceiros resultantes dessa lei.

Artigo 23.º **Validade formal do acordo sobre a escolha da lei aplicável**

1. O acordo referido no artigo 22.º deve ser reduzido a escrito, datado e assinado por ambos os cônjuges. Qualquer comunicação por via eletrónica que permita um registo duradouro do acordo é considerada equivalente à forma escrita.
2. Contudo, se a lei do Estado-Membro no qual ambos os cônjuges têm a sua residência habitual à data da celebração da convenção previr requisitos formais suplementares para convenções nupciais, tais requisitos devem ser cumpridos.
3. Se, no momento da conclusão do acordo, os cônjuges tiverem a sua residência habitual em Estados-Membros diferentes e as leis desses Estados previrem requisitos formais diferentes para as convenções nupciais, o acordo é formalmente válido se cumprir os requisitos fixados por uma dessas leis.
4. Se, à data da celebração da convenção, apenas um dos cônjuges tiver a sua residência habitual num Estado-Membro e a lei desse Estado previr requisitos formais suplementares para as convenções nupciais, tais requisitos devem ser cumpridos.

Artigo 24.º

Aceitação e validade material

1. A existência e a validade do acordo de escolha de lei ou de alguma das suas disposições são determinadas pela lei que seria aplicável por força do artigo 22.º do presente regulamento, se o acordo ou a disposição fossem válidos.
2. Todavia, um cônjuge, para demonstrar que não deu o seu consentimento, pode invocar a lei do país em que tenha a sua residência habitual à data da instauração da ação, se resultar das circunstâncias que não seria razoável determinar os efeitos do seu comportamento nos termos da lei designada no n.º 1.

Artigo 25.º

Validade formal de uma convenção nupcial

1. A convenção nupcial deve ser reduzida a escrito, datada e assinada por ambos os cônjuges. Qualquer comunicação por via eletrónica que permita um registo duradouro do acordo é considerada equivalente à forma escrita.
2. Contudo, se a lei do Estado-Membro no qual ambos os cônjuges têm a sua residência habitual à data da celebração da convenção previr requisitos formais suplementares para convenções nupciais, tais requisitos devem ser cumpridos.

Se, no momento da conclusão do acordo, os cônjuges tiverem a sua residência habitual em Estados-Membros diferentes e as leis desses Estados previrem requisitos formais diferentes para as convenções nupciais, o acordo é formalmente válido se cumprir os requisitos fixados por uma dessas leis.

Se, à data da celebração da convenção, apenas um dos cônjuges tiver a sua residência habitual num Estado-Membro e a lei desse Estado previr requisitos formais suplementares para as convenções nupciais, tais requisitos devem ser cumpridos.

3. Contudo, se a lei aplicável ao regime matrimonial impuser requisitos suplementares, tais requisitos devem ser cumpridos.

Artigo 26.º

Lei aplicável na ausência de escolha pelas partes

1. Na ausência de acordo de escolha de lei nos termos do artigo 22.º, a lei aplicável ao regime matrimonial é a lei do Estado:
 - (a) Da primeira residência habitual comum dos cônjuges depois da celebração do casamento; ou, na falta desta,
 - (b) Da nacionalidade comum dos cônjuges no momento da celebração do casamento; ou, na falta desta,
 - (c) Com o qual os cônjuges tenham em conjunto uma ligação mais estreita no momento da celebração do casamento, atendendo a todas as circunstâncias.
2. Se os cônjuges tiverem mais de uma nacionalidade comum no momento da celebração do casamento, só se aplicam as alíneas a) e c) do n.º 1.
3. A título excecional e a pedido de qualquer um dos cônjuges, a autoridade judicial competente para decidir sobre matérias relativas ao regime matrimonial pode decidir que o

regime matrimonial seja regido pela lei de um Estado diferente daquele cuja lei é aplicável nos termos do n.º 1, alínea a), se o requerente demonstrar que:

- (a) Os cônjuges tiveram a sua última residência habitual comum nesse outro Estado-Membro durante um período significativamente mais longo do que no Estado designado no n.º 1, alínea a); e
- (b) Ambos os cônjuges tinham invocado a lei desse outro Estado ao organizarem ou planearem as suas relações patrimoniais.

A lei desse outro Estado é aplicável a partir da celebração do casamento, a menos que um dos cônjuges não esteja de acordo. Neste último caso, a lei desse outro Estado produz efeitos a partir do estabelecimento da última residência habitual comum nesse outro Estado.

A aplicação da lei do outro Estado não pode afetar negativamente os direitos de terceiros resultantes da lei aplicável nos termos do n.º 1, alínea a).

O n.º 3 não se aplica quando os cônjuges tenham celebrado uma convenção nupcial antes do estabelecimento da sua última residência habitual comum nesse outro Estado.

Artigo 27.º **Âmbito da lei aplicável**

A lei aplicável ao regime matrimonial nos termos do presente regulamento determina, nomeadamente:

- (a) A classificação dos bens de qualquer ou de ambos os cônjuges em diferentes categorias durante e após o casamento;
- (b) A transferência de bens de uma categoria para outra;
- (c) A responsabilidade de um cônjuge pelas obrigações e dívidas do outro cônjuge;
- (d) Os poderes, direitos e obrigações de qualquer um ou de ambos os cônjuges em relação aos bens;
- (e) A dissolução do regime matrimonial e a divisão, distribuição ou liquidação de bens;
- (f) A oponibilidade do regime matrimonial a uma relação jurídica entre um dos cônjuges e terceiros; e
- (g) A validade material de uma convenção nupcial.

Artigo 28.º **Oponibilidade a terceiros**

1. Não obstante o artigo 27.º, alínea f), a lei que rege o regime matrimonial entre os cônjuges não pode ser invocada por um dos cônjuges contra um terceiro num litígio entre esse terceiro e qualquer dos cônjuges ou ambos os cônjuges, a menos que o terceiro tivesse conhecimento ou, exercendo a devida diligência, devesse ter tido conhecimento dessa lei.
2. Supõe-se que o terceiro tem esse conhecimento se

- (a) A lei que rege o regime matrimonial for a lei:
- i) do Estado cuja lei é aplicável à transação entre um dos cônjuges e esse terceiro,
 - ii) do Estado em que o cônjuge contratante e esse terceiro têm a sua residência habitual, ou,
 - iii) nos casos que envolvam bens imóveis, do Estado onde está situado esse bem.

ou

- (b) Qualquer um dos cônjuges tiver cumprido os requisitos aplicáveis em matéria de publicidade ou registo do regime matrimonial especificados pela lei:
- i) do Estado cuja lei é aplicável à transação entre um dos cônjuges e esse terceiro,
 - ii) do Estado em que o cônjuge contratante e esse terceiro têm a sua residência habitual, ou,
 - iii) nos casos que envolvam bens imóveis, do Estado onde está situado esse bem.

3. Se a lei que rege o regime matrimonial entre os cônjuges não puder ser invocada por um dos cônjuges contra um terceiro por força do n.º 1, os efeitos do regime matrimonial em relação a esse terceiro são regidos:
- a) pela lei do Estado cuja lei é aplicável à transação entre um dos cônjuges e esse terceiro; ou
 - b) nos casos que envolvam bens imóveis ou ativos ou direitos registados, pela lei do Estado onde estão situados os bens ou registados os ativos ou os direitos.

Artigo 29.º

Adaptação dos direitos reais

No caso de uma pessoa invocar um direito real sobre um bem a que tenha direito ao abrigo da lei aplicável ao regime matrimonial e a legislação do Estado-Membro em que o direito é invocado não reconhecer o direito real em causa, esse direito deve, se necessário e na medida do possível, ser adaptado ao direito real equivalente mais próximo que esteja previsto na legislação desse Estado, tendo em conta os objetivos e os interesses do direito real em questão e os efeitos que lhe estão associados.

Artigo 30.º

Disposições imperativas

1. As disposições do presente regulamento não podem limitar a aplicação das disposições imperativas da lei do foro.

2. As disposições imperativas são disposições cujo respeito é considerado fundamental por um Estado-Membro para salvaguardar o interesse público, designadamente a sua organização política, social ou económica, ao ponto de exigir que sejam aplicadas em qualquer situação abrangida pelo seu âmbito de aplicação, independentemente da lei que de outro modo seria aplicável ao regime matrimonial por força do presente regulamento.

Artigo 31.º

Ordem pública

A aplicação de uma disposição da lei de um Estado designada pelo presente regulamento só pode ser afastada se essa aplicação for manifestamente incompatível com a ordem pública do foro.

Artigo 32.º

Exclusão do reenvio

Entende-se por aplicação da lei de um Estado designada pelo presente regulamento a aplicação das normas jurídicas em vigor nesse Estado, com exclusão das suas normas de direito internacional privado.

Artigo 33.º

Ordenamentos jurídicos plurilegislativos – conflitos de leis territoriais

1. Caso a lei designada pelo presente regulamento seja a de um Estado que englobe várias unidades territoriais, tendo cada uma delas as suas próprias normas jurídicas em matéria de regimes matrimoniais, as normas internas de conflitos de leis desse Estado determinam a unidade territorial cujas normas jurídicas são aplicáveis.
2. Na ausência de tais regras internas de conflito de leis:
 - (a) Qualquer referência à lei do Estado a que se refere o n.º 1 é entendida, para efeitos de determinação da lei aplicável nos termos das disposições relativas à residência habitual dos cônjuges, como referindo-se à lei da unidade territorial em que os cônjuges têm a sua residência habitual;
 - (b) Qualquer referência à lei do Estado a que se refere o n.º 1 é entendida, para efeitos de determinação da lei aplicável nos termos das disposições relativas à nacionalidade dos cônjuges, como referindo-se à lei da unidade territorial com a qual os cônjuges têm uma ligação mais estreita;
 - (c) Qualquer referência à lei do Estado a que se refere o n.º 1 é entendida, para efeitos de determinação da lei aplicável nos termos de quaisquer outras disposições relativas a elementos que constituam fatores de conexão, como referindo-se à lei da unidade territorial em que se encontra o elemento pertinente.

Artigo 34.º

Ordenamentos jurídicos plurilegislativos – conflitos de leis interpessoais

Caso um Estado tenha dois ou mais sistemas jurídicos ou conjuntos de regras aplicáveis às diferentes categorias de pessoas em matéria de regimes matrimoniais, qualquer referência à lei desse Estado é entendida como referindo-se ao sistema jurídico ou ao conjunto de normas determinado pelas regras em vigor nesse Estado. Na ausência de tais regras, aplica-se o sistema jurídico ou o conjunto de normas com o qual os cônjuges têm uma ligação mais estreita.

Artigo 35.º

Não aplicação do presente regulamento a conflitos de leis internos

Um Estado-Membro que englobe várias unidades territoriais, tendo cada uma delas as suas próprias normas jurídicas respeitantes aos regimes matrimoniais, não é obrigado a aplicar o presente regulamento aos conflitos de leis que surjam exclusivamente entre essas unidades territoriais.

Capítulo IV

Reconhecimento, executoriedade e execução das decisões

Artigo 36.º

Reconhecimento

1. As decisões proferidas num Estado-Membro são reconhecidas nos outros Estados-Membros, sem necessidade de recurso a qualquer procedimento.
2. Em caso de contestação, qualquer parte interessada que invoque o reconhecimento de uma decisão a título principal pode pedir, nos termos dos procedimentos previstos nos artigos 44.º a 57.º, o reconhecimento da decisão.
3. Se o reconhecimento for invocado a título incidental perante um órgão jurisdicional de um Estado-Membro, este é competente para dele conhecer.

Artigo 37.º

Fundamentos do não reconhecimento

Uma decisão não é reconhecida:

- (a) Se o reconhecimento for manifestamente contrário à ordem pública do Estado-Membro em que é pedido o reconhecimento;
- (b) Caso tenha sido pronunciada à revelia, se o ato que inicia a instância, ou ato equivalente, não tiver sido citado ou notificado ao demandado em tempo útil e de modo a permitir-lhe defender-se, a menos que o demandado não tenha recorrido da decisão, embora tivesse a possibilidade de o fazer;
- (c) Se for inconciliável com uma decisão proferida numa ação entre as mesmas partes no Estado-Membro em que é pedido o reconhecimento;
- (d) Se for inconciliável com uma decisão proferida anteriormente noutro Estado-Membro ou num Estado terceiro entre as mesmas partes, numa ação com o mesmo pedido e a mesma causa de pedir, quando a decisão proferida anteriormente reúna as condições necessárias para ser reconhecida no Estado-Membro em que é pedido o reconhecimento.

Artigo 38.º

Direitos fundamentais

O artigo 36.º é aplicado pelos órgãos jurisdicionais e outras autoridades competentes dos Estados-Membros na observância dos direitos e princípios fundamentais reconhecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em particular o seu artigo 21.º relativo ao princípio de não discriminação.

Artigo 39.º

Proibição de controlo da competência do órgão jurisdicional de origem

1. A competência dos órgãos jurisdicionais do Estado-Membro de origem não pode ser sujeita a controlo.
2. O critério da ordem pública referido no artigo 37.º não se aplica às regras de competência previstas nos artigos 4.º a 11.º.

Artigo 40.º

Ausência de revisão quanto ao mérito

As decisões proferidas num Estado-Membro não podem, em caso algum, ser objeto de revisão quanto ao mérito.

Artigo 41.º

Suspensão da instância

O órgão jurisdicional de um Estado-Membro a que seja pedido o reconhecimento de uma decisão proferida noutro Estado-Membro pode suspender a instância se a decisão for objeto de recurso ordinário no Estado-Membro de origem.

Artigo 42.º

Executoriedade

As decisões proferidas num Estado-Membro que sejam executórias nesse Estado são executórias noutro Estado-Membro quando, a pedido de qualquer parte interessada, tenham sido declaradas executórias no outro Estado-Membro de acordo com o procedimento previsto nos artigos 44.º a 57.º.

Artigo 43.º

Determinação do domicílio

Para determinar, para efeitos do procedimento previsto nos artigos 44.º a 57.º, se uma parte tem domicílio no Estado-Membro de execução, o órgão jurisdicional a que foi submetida a questão aplica a sua lei interna.

Artigo 44.º

Competência territorial

1. O pedido de declaração de executoriedade deve ser apresentado ao órgão jurisdicional ou à autoridade competente do Estado-Membro de execução comunicada por esse Estado-Membro à Comissão nos termos do artigo 64.º.
2. O órgão jurisdicional territorialmente competente é determinado em função do local de domicílio da parte contra a qual a execução for requerida, ou do local de execução.

Artigo 45.º

Procedimento

1. O procedimento de apresentação do pedido é regulado pela lei do Estado-Membro de execução.

2. Não deve ser exigido ao requerente que tenha um endereço postal ou um representante autorizado no Estado-Membro de execução.
3. O pedido deve ser acompanhado dos seguintes documentos:
 - (a) Uma cópia da decisão que reúna as condições necessárias para comprovar a sua autenticidade;
 - (b) A certidão emitida pelo órgão jurisdicional ou autoridade competente do Estado-Membro de origem, utilizando o formulário estabelecido de acordo com o procedimento consultivo a que se refere o artigo 67.º, n.º 2, sem prejuízo do disposto no artigo 46.º.

Artigo 46.º

Não apresentação da certidão

1. Na falta de apresentação da certidão referida no artigo 45.º, n.º 3, alínea b), o órgão jurisdicional ou a autoridade competente pode fixar um prazo para a sua apresentação ou aceitar um documento equivalente ou, se se julgar suficientemente esclarecido, dispensá-los.
2. Se o órgão jurisdicional ou a autoridade competente o exigir, deve ser apresentada uma tradução ou transliteração dos documentos. A tradução deve ser efetuada por uma pessoa habilitada para esse efeito num dos Estados-Membros.

Artigo 47.º

Declaração de executoriedade

A decisão é declarada executória imediatamente após o cumprimento dos trâmites previstos no artigo 45.º, sem verificação dos motivos referidos no artigo 37.º. A parte contra a qual é requerida a execução não pode apresentar observações nesta fase do processo.

Artigo 48.º

Notificação da decisão relativa ao pedido de declaração de executoriedade

1. A decisão sobre o pedido de declaração de executoriedade é imediatamente levada ao conhecimento do requerente, na forma determinada pela lei do Estado-Membro de execução.
2. A declaração de executoriedade é notificada à parte contra a qual é requerida a execução, e é acompanhada da decisão, se esta não tiver sido já notificada a essa parte.

Artigo 49.º

Recurso contra a decisão relativa ao pedido de declaração de executoriedade

1. Qualquer das partes pode interpor recurso da decisão sobre o pedido de declaração de executoriedade.
2. O recurso é interposto junto do órgão jurisdicional cujo nome tenha sido comunicado à Comissão pelo Estado-Membro em causa nos termos do artigo 64.º.
3. O recurso é tratado segundo as regras decorrentes do princípio do contraditório.
4. Se a parte contra a qual é requerida a execução não comparecer perante o órgão jurisdicional de recurso nas ações relativas a um recurso interposto pelo requerente,

aplica-se o disposto no artigo 16.º, mesmo que a parte contra a qual é requerida a execução não tenha domicílio num dos Estados-Membros.

5. O recurso contra a declaração de executoriedade é interposto no prazo de 30 dias a contar da sua citação ou notificação. Se a parte contra a qual é requerida a execução tiver domicílio num Estado-Membro diferente daquele onde foi proferida a declaração de executoriedade, o prazo é de 60 dias e começa a correr desde o dia em que tiver sido feita a citação ou notificação pessoal ou domiciliária. Este prazo não é suscetível de prorrogação em razão da distância.

Artigo 50.º

Recurso contra a decisão proferida no recurso

A decisão proferida no recurso apenas pode ser objeto de recurso nos termos comunicados à Comissão pelo Estado-Membro em causa em conformidade com o artigo 64.º.

Artigo 51.º

Recusa ou revogação de uma declaração de executoriedade

O órgão jurisdicional em que foi interposto recurso ao abrigo dos artigos 49.º ou 50.º só pode recusar ou revogar a declaração de executoriedade por um dos motivos especificados no artigo 37.º. O órgão jurisdicional decide sem demora.

Artigo 52.º

Suspensão da instância

O órgão jurisdicional em que foi interposto recurso ao abrigo dos artigos 49.º ou 50.º deve, a pedido da parte contra a qual é requerida a execução, suspender a instância, se a executoriedade da decisão for suspensa no Estado-Membro de origem por motivo de recurso.

Artigo 53.º

Medidas provisórias e medidas cautelares

1. Sempre que uma decisão tiver de ser reconhecida de acordo com o presente capítulo, nada impede o requerente de recorrer a medidas provisórias e cautelares nos termos da lei do Estado-Membro de execução, sem ser necessária a declaração de executoriedade na aceção do artigo 46.º.
2. A declaração de executoriedade implica, de pleno direito, a autorização para tomar tais medidas cautelares.
3. Durante o prazo de recurso contra a declaração de executoriedade previsto no artigo 49.º, n.º 5, e na pendência de decisão sobre o mesmo, só podem tomar-se medidas cautelares sobre os bens da parte contra a qual é requerida a execução.

Artigo 54.º

Executoriedade parcial

1. Caso tenha sido pronunciada uma decisão sobre vários pedidos e a declaração de executoriedade não possa ser proferida quanto a todos, o órgão jurisdicional ou a autoridade competente profere-a relativamente a um ou vários de entre eles.
2. O requerente pode pedir uma declaração de executoriedade limitada a partes de uma decisão.

Artigo 55.º
Apoio judiciário

O requerente que no Estado-Membro de origem tiver beneficiado, no todo ou em parte, de apoio judiciário ou de isenção de preparos e custas beneficia, no processo de declaração de executoriedade, do apoio judiciário mais favorável ou da isenção mais ampla de preparos e custas prevista na lei do Estado-Membro de execução.

Artigo 56.º
Caução ou depósito

Não pode ser exigida qualquer caução ou depósito, seja qual for a sua designação, a uma parte que requeira num Estado-Membro o reconhecimento, executoriedade ou execução de uma decisão proferida noutro Estado-Membro com fundamento no facto de ser nacional de outro país ou de não estar domiciliada ou não ser residente no Estado-Membro de execução.

Artigo 57.º
Imposto, direito ou taxa

Nenhum imposto, direito ou taxa proporcional ao valor do litígio pode ser cobrado no Estado-Membro de execução no processo de emissão da declaração de executoriedade.

Capítulo V
Atos autênticos e transações judiciais

Artigo 58.º
Aceitação dos atos autênticos

1. Um ato autêntico exarado num Estado-Membro tem noutro Estado-Membro a mesma força probatória que tem no Estado-Membro de origem, ou efeitos o mais comparáveis possível, desde que tal não seja manifestamente contrário à ordem pública do Estado-Membro em causa.

Quem pretender utilizar um ato autêntico noutro Estado-Membro pode solicitar à autoridade que exarou o ato no Estado-Membro de origem que preencha o formulário estabelecido de acordo com o procedimento consultivo a que se refere o artigo 67.º, n.º 2, descrevendo a força probatória do ato autêntico no Estado-Membro de origem.
2. Se a autenticidade de um ato autêntico for objeto de contestação, esta deve ser apresentada perante os órgãos jurisdicionais do Estado-Membro de origem, que sobre ela decidem à luz da lei deste Estado. O ato autêntico contestado não tem força probatória noutro Estado-Membro enquanto a contestação estiver pendente no órgão jurisdicional competente.
3. Qualquer contestação relativa aos atos jurídicos ou relações jurídicas consignados num ato autêntico deve ser apresentada perante os órgãos jurisdicionais competentes ao abrigo do presente regulamento e é decidida nos termos da lei aplicável de acordo com o Capítulo III. O ato autêntico contestado não tem qualquer valor probatório noutro Estado-Membro que não o Estado-Membro de origem no que respeita à matéria contestada, enquanto a contestação estiver pendente perante o órgão jurisdicional competente.

4. Se os atos jurídicos ou as relações de direito consignados num ato autêntico em matéria de regimes matrimoniais forem invocados a título incidental perante um órgão jurisdicional de um Estado-Membro, este é competente para conhecer da questão.

Artigo 59.º

Executoriedade dos atos autênticos

1. Os atos autênticos com força executória no Estado-Membro de origem são declarados executórios noutro Estado-Membro a pedido de qualquer das partes interessadas, de acordo com o procedimento previsto nos artigos 44.º a 57.º.
2. Para efeitos do disposto no artigo 45.º, n.º 3, alínea b), a autoridade que exarou o ato autêntico deve, a pedido de qualquer das partes interessadas, emitir uma certidão utilizando para tal o formulário estabelecido de acordo com procedimento consultivo a que se refere o artigo 67.º, n.º 2.
3. O órgão jurisdicional perante o qual é interposto um recurso nos termos dos artigos 49.º ou 50.º só pode recusar ou revogar uma declaração de executoriedade se a execução do ato autêntico for manifestamente contrária à ordem pública do Estado-Membro de execução.

Artigo 60.º

Executoriedade das transações judiciais

1. As transações judiciais que forem executórias no Estado-Membro de origem são declaradas executórias noutro Estado-Membro a pedido de qualquer das partes interessadas, de acordo com o procedimento previsto nos artigos 44.º a 57.º.
2. Para efeitos do disposto no artigo 45.º, n.º 3, alínea b), o órgão jurisdicional que aprovou a transação judicial ou perante o qual esta foi celebrada deve, a pedido de qualquer das partes interessadas, emitir uma certidão utilizando para tal o formulário estabelecido de acordo com o procedimento consultivo a que se refere o artigo 67.º, n.º 2.
3. O órgão jurisdicional perante o qual é interposto um recurso nos termos dos artigos 49.º ou 50.º só pode recusar ou revogar uma declaração de executoriedade se a execução da transação judicial for manifestamente contrária à ordem pública do Estado-Membro de execução.

Capítulo VI

Disposições gerais e finais

Artigo 61.º

Legalização e outras formalidades análogas

Não é exigida legalização ou outras formalidades análogas para os documentos emitidos por um Estado-Membro no âmbito do presente regulamento.

Artigo 62.º

Relações com convenções internacionais existentes

1. O presente regulamento não prejudica a aplicação das convenções bilaterais ou multilaterais em que um ou mais Estados-Membros sejam partes à data da adoção do presente regulamento e que digam respeito a matérias por este reguladas, sem prejuízo das obrigações que incumbem aos Estados-Membros por força do artigo 351.º do Tratado.

2. Não obstante o disposto no n.º 1, o presente regulamento prevalece, entre os Estados-Membros, sobre as convenções que digam respeito às matérias por ele reguladas e nas quais os Estados-Membros sejam partes.
3. O presente regulamento não obsta à aplicação da Convenção de 6 de fevereiro de 1931 entre a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia relativa às disposições de direito internacional em matéria de casamento, adoção e guarda de menores, tal como revista em 2006, da Convenção de 19 de novembro de 1934 entre a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia relativa às disposições de direito internacional privado em matéria de sucessões, testamentos e administração de heranças, tal como revista em junho de 2012, e da Convenção de 11 de outubro de 1997 entre a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia sobre o reconhecimento e execução de sentenças em matéria civil, pelos Estados-Membros que nelas são partes, desde que essas convenções prevejam procedimentos simplificados e mais expeditos para o reconhecimento e a execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais.

Artigo 63.º

Informações disponibilizadas ao público

Tendo em vista a disponibilização de informações ao público no âmbito da Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial, os Estados-Membros fornecem à Comissão um resumo sucinto da legislação e dos procedimentos nacionais relativos aos regimes matrimoniais, incluindo informações sobre o tipo de autoridade competente nesta matéria e informações sobre o tipo de autoridade competente em matéria de regimes matrimoniais e no tocante à oponibilidade a terceiros tal como referido no artigo 28.º.

Os Estados-Membros mantêm essas informações permanentemente atualizadas.

Artigo 64.º

Informações sobre contactos e procedimentos

1. Até ...*, os Estados-Membros comunicam à Comissão:
 - (a) Os órgãos jurisdicionais ou autoridades competentes para deliberar sobre pedidos de declaração de executoriedade, nos termos do artigo 44.º, n.º 1, e sobre recursos contra decisões relativas a esses pedidos, nos termos do artigo 49.º, n.º 2;
 - (b) Os procedimentos para contestar a decisão proferida no recurso a que se refere o artigo 50.º.

Os Estados-Membros informam a Comissão de qualquer alteração posterior a estas informações.

2. A Comissão publica no *Jornal Oficial da União Europeia* as informações comunicadas nos termos do n.º 1, com exceção dos endereços e outros dados de contacto dos órgãos jurisdicionais e autoridades referidos no n.º 1, alínea a).
3. A Comissão faculta ao público todas as informações comunicadas nos termos do n.º 1, por todos os meios adequados, nomeadamente a Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial.

* JO: inserir a data: nove meses antes da data de aplicação do presente regulamento.

Artigo 65.º

Estabelecimento e subsequente alteração da lista contendo a informação a que se refere o artigo 3.º, n.º 2

1. A Comissão estabelece, com base nas notificações dos Estados-Membros, a lista das outras autoridades e profissionais do direito a que se refere o artigo 3.º, n.º 2.
2. Os Estados-Membros comunicam à Comissão qualquer alteração ulterior dessa lista. A Comissão altera a lista em conformidade.
3. A Comissão publica a lista, bem como todas as alterações ulteriores, no *Jornal Oficial da União Europeia*.
4. A Comissão faculta ao público todas as informações notificadas nos termos dos n.ºs 1 e 2 através de quaisquer outros meios adequados, nomeadamente a Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial.

Artigo 66.º

Estabelecimento e subsequente alteração das certidões e formulários a que se referem o artigo 45.º, n.º 3, alínea b), e os artigos 58.º, 59.º e 60.º

A Comissão adota atos de execução relativos ao estabelecimento e subsequente alteração das certidões e formulários a que se referem o artigo 45.º, n.º 3, alínea b), e os artigos 58.º, 59.º e 60.º. Esses atos de execução são adotados nos termos do procedimento consultivo a que se refere o artigo 67.º, n.º 2.

Artigo 67.º

Comité

1. A Comissão é assistida por um comité. Esse comité deve ser entendido como comité na aceção do Regulamento (UE) n.º 182/2011.
2. Sempre que se faça referência ao presente número, é aplicável o artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 182/2011.

Artigo 68.º

Cláusula de revisão

1. O mais tardar oito anos após a data de aplicação, a Comissão apresenta ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu um relatório sobre a aplicação do presente regulamento. Esse relatório é acompanhado, se for caso disso, de propostas de alteração do presente regulamento.
2. O mais tardar cinco anos após a data de aplicação, a Comissão apresenta ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu um relatório sobre a aplicação dos artigos 9.º e 38.º do presente regulamento. Esse relatório avalia, em particular, a medida em que os referidos artigos asseguraram o acesso à justiça.
3. Para o efeito, os Estados-Membros comunicam à Comissão as informações pertinentes relativas à aplicação do presente regulamento pelos respetivos órgãos jurisdicionais.

Artigo 69.º
Disposições transitórias

1. O presente regulamento é aplicável exclusivamente às ações já instauradas, aos atos autênticos estabelecidos ou registados formalmente e às transações judiciais homologadas ou concluídas à data ou após a data de aplicação do presente regulamento, sob reserva dos n.ºs 2 e 3.
2. No entanto, se a ação no Estado-Membro de origem tiver sido instaurada antes da data de aplicação do presente regulamento, as decisões proferidas após esta data são reconhecidas e executadas nos termos do disposto no Capítulo IV, desde que as regras de competência aplicadas sejam conformes com as disposições do Capítulo II.
3. As disposições do Capítulo III só se aplicam aos cônjuges casados ou que tenham designado a lei aplicável ao respetivo regime matrimonial após a data de aplicação do presente regulamento.

Artigo 70.º
Entrada em vigor

1. O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
2. O presente regulamento é aplicável a partir de ...³², exceto no que respeita aos artigos 63.º e 64.º, que são aplicáveis a partir de ...³³, e aos artigos 65.º, 66.º e 67.º, que são aplicáveis a partir de³⁴.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável nos Estados-Membros participantes, em conformidade com os Tratados.

Feito em Bruxelas, em

Pelo Conselho

O Presidente

³² Dois anos e meio após a sua entrada em vigor.

³³ Nove meses antes da data de aplicação.

³⁴ No dia seguinte ao da entrada em vigor do presente regulamento.